CPI do Óleo

De: IBAMA/Email do Gabinete da Presidência do Ibama <presid.sede@ibama.gov.br>
Enviado em: quarta-feira, 15 de janeiro de 2020 10:08
Para: CPI do Óleo
Assunto: Referente ao Ofício nº 74/19-Pres.
Anexos: Oficio_6765909.html; Relatorio_6743861_ESTATISTICAS_POSEIDON_2018_2019_rev00.pdf; Nota_Tecnica_6760882_SEI_IBAMA___6350220___Nota_Tecnica_60.pdf; Tabela_6761238_Relacao_total_de_servidores___unidade_de_lotacao.pdf

Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar
Status do sinalizador: Sinalizada

De ordem, encaminho em anexo ofício nº 16/2020/GABIN. Processo nº 02001.036231/2019-95.
Anexos: Relatório de Atividades do Projeto Medusa 2018/2019 (SEI 6743861)
Nota Técnica nº 60/2019/CGEMA/DIPRO (SEI 6760882
Relação dos servidores que atuaram na emergência (SEI 6761238).

Favor acusar o recebimento.

Gabinete da Presidência.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO IBAMA

OFÍCIO Nº 16/2020/GABIN

Brasília, 10 de janeiro de 2020.

Ao Senhor
Deputado HERCULANO PASSOS
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPIOLEO
Câmara dos Deputados, Anexo II, Sala 165, ala B
CEP: 70.160-900 - Brasília/DF
Tel. 61 32166277 (cpi.oleo@camara.leg.br)

Assunto: OFÍCIO Nº 74/19-Pres.
Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02001.036231/2019-95.

Sr. Presidente da CPIOLEO,

1. Ao cumprimentá-lo, encaminho as informações solicitadas a este Instituto por meio do Requerimento nº 45/2019, do Sr. Deputado João H. Campos:

1.1. **Ações realizadas pela equipe de emergência em relação ao derramamento de óleo:**

1.1.1. Segue anexa a este Ofício a Nota Técnica nº 60/2019/Cgema/Dipro (SEI 6760882), que reúne o histórico informativo do incidente de poluição por óleo em curso na costa nordestina brasileira.

1.1.2. Consta na citada Nota Técnica uma relação dos principais Principais Processos do Ibama referente ao surgimento de manchas de óleo no litoral brasileiro e que estão disponíveis para consulta. Entre esses processos destacam-se os de número 02022.004067/2019-17 (Formulários - ICS: ações executadas pela Petrobras), 02001.030383/2019-84 (Formulários ICS e demais documentos do PNC); 02021.001671/2019-93 (Formulários ICS: ações executadas pelo Ibama) e 02001.028436/2019-05 (ações relativas à fauna).

1.2. **Relação dos servidores do Ibama que atuaram na emergência ambienta**l:

1.2.1. Em relação à lista de servidores, importante salientar que foram mobilizados servidores de todo o Brasil para o atendimento ao acidente, não somente os ligados à Coordenação Geral de Emergências Ambientais ou aos núcleos dos estados afetados. A lista dos servidores que participaram consta no documento SEI 6761238. Para contato com os servidores do Ibama, sugere-se consultar a lista de telefones das unidades do Ibama, disponível em seu site.

1.3. **Informações sobre sobrevoos:**

1.3.1. O documento "Relatório de Atividades do Projeto Medusa 2018/2019" (SEI 6743861) apresenta os resultados da atividade de aeromonitoramento, que teve início em 17/12/2018.

1.3.2. Em resumo, foram realizadas, aproximadamente, 360 missões, totalizando 986 horas monitoramento. Considerando todo o período desde o início do projeto, foram identificadas 314 feições suspeitas para inspeção, sendo que destas, 237 apresentaram resposta para óleo.

1.3.3. Das 360 missões realizadas no período, 196 cobriram a Bacia de Campos, totalizando 553 horas e 35 minutos de monitoramento, o que equivale a 55% do tempo total. Assim, foram realizadas:

I - 98 missões exclusivas na Bacia de Campos (248 horas e 31 min);

II - 98 missões cobrindo as Bacias de Campos e Santos (305 horas e 04 min);

III - 45 missões exclusivas na Bacia de Santos (127 horas e 33 min);

IV - no período específico entre 26 de agosto de 2019 e 06 de dezembro de 2019 foram realizadas 49 missões na área da Bacia de Campos, totalizando 138 horas e 59 minutos de monitoramento;

V - O Ibama utiliza recursos próprios para pagamento de passagens e diárias dos servidores que atuam no monitoramento aéreo.

1.4. **Cópia integral dos processos administrativos relativos ao acidente:**

1.4.1. Para facilitar e auxiliar os trabalhos da referida CPI, sugere-se a disponibilização de acesso externo aos processos de interesse, sendo necessário informar ao Ibama um destinatário (nome e e-mail) para recebimento de link de acesso.

2. O Ibama permanece à disposição desta Comissão para prestar qualquer esclarecimento adicional.

ANEXOS:

Relatório de Atividades do Projeto Medusa 2018/2019 (SEI 6743861);

Nota Técnica 60/2019/CGEMA/DIPRO (SEI 6760882);

Relação dos servidores que atuaram na emergência (SEI 6761238).

Atenciosamente,

EDUARDO FORTUNATO BIM
Presidente do IBAMA

Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO FORTUNATO BIM**, **Presidente**, em 15/01/2020, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ibama.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **6765909** e o código CRC **2DE8D0F6**.

Referência: Processo nº 02001.036231/2019-95 SEI nº 6765909

RELAÇÃO DOS SERVIDORES QUE ATUARAM NAS AÇÕES DE EMERGÊNCIA
INCIDENTE: Mancha de Origem Desconhecida – Regiões Nordeste e Sudeste

Superintendência do Ibama no Acre – SUPES/AC

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Ádila de França Lima	1860179	794.547.712-72	UT-Cruzeiro do Sul	Sim	Novembro/Dezembro
Melissa de Oliveira Machado	1513362	647.245.062-53	DITEC	Não	Outubro/Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama em Alagoas – SUPES/AL

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Caroline Vieira Cooke	1797231	003.723.420-00	DITEC	Não	Outubro
Cícero Pereira da Silva	518031	088.515.144-53	SUPES - AL	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Cynira Alves de França	1511767	030.032.974-14	CETAS	Sim - Insalubridade	Setembro/Outubro/Novembro
Filipe José Cardoso Tenório	1511080	033.187.944-14	DITEC	Sim	Outubro
Isabel Cristina Tavares Branco	1511677	663.241.304-87	DITEC	Sim	Setembro/Outubro
José Batista Filho	50901	129.433.714-91	SUPES - AL	Não	Outubro/Novembro/Dezembro
José Edson Viana da Costa	680811	185.072.044-49	DITEC	Sim	Novembro/Dezembro
Luiz Guilherme da Silva	680353	088.211.784-04	SUPES - AL	Não	Outubro/Novembro
Marcelo Bastos Françozo	2366536	084.179.848-60	DITEC	Não	Setembro
Maurício Cerqueira de Araújo	6678829	309.428.884-72	DITEC	Sim	Setembro/Outubro/Novembro
Patrícia dos Santos Oliveira	1714441	956.313.647-00	DITEC	Sim	Outubro/Novembro/Dezembro
Rivaldo Couto dos Santos Júnior	1573991	030.481.124-64	DITEC	Sim	Outubro/Novembro/Dezembro
Roberto Correia de Araújo	684198	382.788.634-15	CETAS	Sim - Insalubridade	Outubro/Novembro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Roberto Wagner Capparelli Dantas	6040983	333.692.911-34	DITEC	Sim	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama no Amazonas – SUPES/AM

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Daniel Abrahão do Nascimento	1423224	937.283.797-00	NUPAEM	Sim	Outubro/Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama na Bahia – SUPES/BA

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Airton Miguel de Grande	1422856	101.838.978-46	SUPES - BA	Não	Outubro/Novembro
Alberto José Santana	679103	107.581.605-00	SUPES - BA	Não	Novembro
Aliando Gonçalves Damascena	684258	605.053.387-34	UT-Ilheus	Sim	Outubro/Novembro/Dezembro
Ana Cacilda Rezende Reis	1294844	631.721.195-72	SUPES - BA	Sim	Outubro
Andre Pereira dos Santos	1365128	937.775.155-15	UT-Eunápolis	Sim	Outubro/Novembro
Andrea Santos Nery	2510945	651.968.135-00	SUPES - BA	Sim	Outubro
Antônio Santana Conceição	680335	238.826.625-49	SUPES - BA	Sim	Outubro/Novembro
Arnei dos Santos Almeida	681646	361.377.905-68	UT-Eunápolis	Sim	Outubro/Novembro
Augusto Cesar de Almeida	683785	101.966.681-15	UT-Eunápolis	Sim	Novembro/Dezembro
Aurelino de Lima Netto	2056516	070.977.388-98	UT-Ilheus	Não	Outubro/Novembro/Dezembro
Celia Cavalcanti	1366149	075.827.968-02	UT-Barreiras	Sim	Outubro/Dezembro
Cosme Damião Pereira Cavalcanti	679217	169.469.524-72	UT-Eunápolis	Sim	Outubro/Novembro
Daniel Reis Dantas Silva	1365273	942.249.195-91	SUPES - BA	Sim	Outubro/Novembro/Dezembro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Davi de Almeida Freitas	2131056	019.716.105-77	SUPES - BA	Não	Novembro/Dezembro
Edisio Pereira dos Santos	681576	241.336.395-53	UT-Ilheus	Não	Outubro
Eduardo Fiorentini Votta	1713725	316.177.828-66	SUPES - BA	Não	Outubro
Eriomar da Costa Silva	1554752	007.899.035-12	SUPES - BA	Não	Novembro/Dezembro
Eugenio Fagundes de Brito	143163	128.697.915-34	UT-Barreiras	Sim	Novembro/Dezembro
Expedito Santana de Oliviera	679606	176.638.145-68	SUPES - BA	Sim	Outubro
Fernando Sampaio Cury	1366143	288.345.425-68	SUPES - BA	Não	Outubro/Novembro/Dezembro
Gilda de Almeida Forte	686703	096.062.705-72	SUPES - BA	Não	Novembro/Dezembro
Gildo Clementino de Jesus	683794	906.170.538-04	UT-Ilheus	Não	Outubro/Novembro/Dezembro
Henrique Martins Jabur	1366514	482.847.186-34	UT-Eunápolis	Sim	Outubro
Hevio Luiz Covre	680017	197.373.516-49	UT-Eunápolis	Sim	Outubro/Novembro
Hilton Teixeira de Sena	680160	125.153.615-87	SUPES - BA	Sim	Outubro/Novembro
Humberto Moreira da Trindade	679907	105.638.065-91	UT-Ilheus	Sim	Outubro
Letícia Reis de Oliveira	2083228	019.503.175-01	SUPES - BA	Não	Dezembro
Lívia Karina Passos Martins	1366109	677.101.585-87	SUPES - BA	Sim	Outubro/Novembro
Luiz Nogueira de Sousa Filho	2057504	892.200.645-53	UT-Ilheus	Não	Novembro
Marcelo Bramucci	2441045	070.792.108-28	UT-Ilheus	Sim	Outubro
Mário Pereira de Carvalho Filho	683952	066.702.451-49	SUPES - BA	Não	Outubro
Marise Vieira da Costa	686743	356.403.405 68	UT2-Juazeiro	Não	Outubro/Novembro
Mauro Luciani Gonçalves Santos	245463	209.421.335-87	UT-Barreiras	Não	Novembro/Dezembro
Melina Wiering Vilas Boas	1771397	809.964.425-53	SUPES - BA	Sim	Novembro
Michelle Borba de Senna	1511313	084.728.507-30	SUPES - BA	Não	Novembro
Neuza Eliana Sá Barreto Gomes	681543	284.022.785-15	SUPES - BA	Não	Novembro
Neyde Alves Batista da Silva	684516	114.234.985-34	UT-Ilheus	Sim	Outubro/Novembro/Dezembro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Otaner Damasceno de Carvalho	758632	183.967.205-68	SUPES - BA	Sim	Outubro/Novembro
Reginaldo Luís Santos Melo	679735	265.183.685-00	UT-Eunápolis	Sim	Outubro/Novembro
Roberto Antônio Matos de Almeida	10245434	141.630.125-91	SUPES - BA	Não	Outubro/Novembro
Sandoval Mendes de Souza	681673	124.747.545-04	UT-Ilheus	Sim	Outubro
Welington José de Jesus Gomes	683938	132.340.485-68	SUPES - BA	Sim	Outubro/Novembro/Dezembro
Wilson Costa Mendes	678637	221.618.725-91	UT - Eunápolis	Sim	Novembro/Dezembro

- Brigadistas – Prevfogo/BA

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Período de Atuação
Aelson Matos Fernandes	3153155	885.397.095-20	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Agnaldo Oliveira da Silva	3154439	810.153.626-72	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Alex Braz de Souza	3153157	018.474.275-70	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Alexandre Silva dos Santos	3153158	078.510.235-30	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Arielton Silva Santos	1074971	078.510.465-80	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Breno Carvalho Nunes	3153159	122.027.527-14	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Dalvan Vieira de Souza	3126751	025.981.905-05	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Edmilson Torres Ferreira	3153153	032.165.225-80	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Elias Ferreira Silva	3153161	044.067.115-97	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Felipe Alves dos Santos	3126750	862.767.395-02	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Ivanildo Oliveira Fonseca	3126803	866.577.465-39	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Marco Aurélio de Jesus Barros	1050781	025.647.065-09	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Marcos Dhonatan de S. Nogueira	3126913	046.025.725-02	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Marcos Pereira dos Santos	4129019	855.515.975-04	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Miquéias André de Oliveira	1048908	078.833.695-98	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro

Moisés Ribeiro dos Santos	3153184	046.870.985-17	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Nelson Fernandes dos S. Filho	5258367	007.180.715-22	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Odenildo Vieira Dourado	4319841	060.872.665-69	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Reginaldo Prado Barros	3126741	928.595.775-72	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Roberto Carmínio dos Santos	3153231	033.033.275-99	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Ronivaldo de Jesus Viana	1074976	064.667.525-77	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Silvio Pereira dos Santos	1048944	769.981.695-15	PREVFOGO BARREIRAS	Outubro/Novembro
Uberlândio Santos de Oliveira	3153151	996.297.555-72	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Vanderlei Alves Santos	3153234	958.552.705-72	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro
Weliton Felipe de Souza	3153154	010.963.315-60	PREVFOGO PORTO SEGURO	Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama no Ceará – SUPES/CE*

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Rafael da Cunha Moraes	1151412	097.103.317-01	NUPAEM	Sim	Setembro/Outubro
Rolfran Cacho Ribeiro	683720	076.548.204-53	SUPES - CE	Sim	Novembro
Victor Bizerra Quaresma	1571874	457.627.833-91	SUPES - CE	Sim	Outubro/Dezembro

*Faltam informar os dados dos demais servidores

- Brigasitas - Prevfogo/CE

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Período de Atuação
Adriano Eudocio Barbosa	5237321	908.332.443-53	PREVFOGO QUIXERAMOBIM	Outubro/Novembro
Francisco Agronomando Nascimento Costa	4237435	029.765.203-64	PREVFOGO QUIXERAMOBIM	Outubro/Novembro
Francisco Anísio Nunes Gomes	1055263	930.245.253-00	PREVFOGO QUIXERAMOBIM	Outubro/Novembro
Francisco Antônio da Silva Lima	4039491	838.562.263-20	PREVFOGO QUIXERAMOBIM	Outubro/Novembro
Leandro Batista da Silva	3320523	039.638.433-14	PREVFOGO QUIXERAMOBIM	Outubro/Novembro

Sidney Bezerra de Albuquerque	3133976	870.584.483-53	PREVFOGO QUIXERAMOBIM	Outubro/Novembro

Superintendência do Ibama no Espírito Santo – SUPES/ES

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Amanda Caraça	1513275	311.145.968.33	SUPES - ES	Não	Outubro/Novembro
Carlos Roberto Soares	679018	716.872.897-00	SUPES-ES	Sim	Novembro
Décio Luiz Castellões Motta	1366758	012.200.487-63	CETAS-SERRA	Sim - Insalubridade	Novembro
Élida Santos da Silva	1650166	103.334.257-23	SUPES-ES	Não	Novembro
Elpidio Segados de Oliveira	679451	493.957.777-53	SUPES-ES	Não	Novembro
Fábio Murilo Wagnitz	1117331	608.068.859-04	NUPAEM	Sim	Novembro
Gilberto Gerhardt	684538	119.728.580-68	SUPES - ES	Não	Novembro
Gustavo Vaz de Mello Baez Almada	1422861	055.302.007-29	SUPES - ES	Não	Outubro/Novembro
Hugo Felizardo de Oliveira Ruela	12163418	054.698.516-56	SUPES - ES	Não	Dezembro
José Geraldo Brandão	1366146	511.971.626-15	SUPES - ES	Não	Novembro
José Marcius Dias Coradine	1567207	088.381.217-70	SUPES - ES	Não	Outubro/Novembro
Letícia Meneghel Fonseca	2076499	122.335.817-84	SUPES - ES	Não	Novembro
Renata Pires Nogueira Lima	1487915	069.508.487-90	SUPES - ES	Não	Novembro
Renato Miranda Carvalho	2175863	072.629.436-50	SUPES - ES	Não	Novembro/Dezembro
Rogério Santos Araujo	686195	344.347.471-34	CETAS-SERRA	Não	Novembro/Dezembro
Victor Emanuel da Costa	1655399	084.771.387-37	SUPES - ES	Não	Novembro
Vinicius Seixas Queiroz	1510558	250.666.638-94	SUPES - ES	Não	Setembro/Outubro/Novembro

Superintendência do Ibama em Goiás – SUPES/GO

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Camila Gonzaga Espíndola Chaves	2053251	018.921.761-81	DITEC	Não	Outubro/Novembro
Claudimar Dias de Souza	684048	307.357.501-49	DITEC	Sim	Novembro/Dezembro
Gustavo M. Junqueira Lazzarine	1715579	260.946.848-26	SUPES-GO	Sim	Novembro
Marco Antonio Lemos Olive	1513235	300.455.921-87	SUPES/GO	Não	Novembro/Dezembro
Paulo Roberto Fleury Fernandes de Oliveira	1865614	899.225.901-82	NLA	Não	Novembro/Dezembro
Rodrigo Teixeira Greco	1522064	816.468.951-34	CETAS	Sim - Insalubridade	Outubro/Novembro

Superintendência do Ibama no Maranhão – SUPES/MA

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Acrísio Torres Nava Filho	686744	254.394.643-87	NUADM-IMP	Sim	Novembro/Dezembro
Ana Rosa Marques	1511683	111.337.368-74	DITEC	Sim	Setembro/Outubro
David de Melo Ribeiro Junior	2057932	602.067.481-91	NUPAEM	Não	Outubro/Novembro/Dezembro
Fabrício Ribeiro de Castro	1364728	042.456.726-17	NUFIS	Sim	Setembro/Outubro
Pedro Jose Pereira Neto	684843	296.656.391-53	NUFIS	Sim	Novembro/Dezembro
Taíse Alini Varão Ribeiro	1423229	840.784.723-20	NUPAEM	Sim	Setembro/Outubro/Novembro
Valdeir do Carmo Oliveira Luna	1731397	973.254.063-04	DITEC	Sim	Novembro/Dezembro
Weliton Coelho Marinho	680183	178.134.763-87	NUFIS	Sim	Dezembro

Superintendência do Ibama em Minas Gerais – SUPES/MG

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Alana Raiza Brandão Barbosa Oliveira	2213290	015.448.812-74	DIAFI	Não	Dezembro
Anderson Peixoto Amparo	1501531	052.203.466-79	SUPES - MG	Não	Novembro/Dezembro
Ariane Machado Siqueira	684376	494.845 166-53	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Camila de Araujo Barbosa	2213307	006.735.802-02	DIAFI	Não	Outubro/Novembro
Daniel Vieira Crepaldi	1572943	031.521.946-76	NUBIO	Não	Outubro
Gustavo Souza Marques da Silva	2072310	002.446.171-71	DIAFI	Não	Outubro/Novembro
Luciana Ramos Plastino	1423230	004.903.666-19	DITEC	Não	Outubro/Novembro
Luciane Guimarães Coelho	1365156	026.251.957-70	SUPES - MG	Não	Novembro
Luciano Guerra Cotta	1572631	741.059.146-34	UT-Governador Valadares	Sim	Outubro/Novembro
Mariana Coelho Deusdará	2078262	015.519.436-46	DITEC	Não	Outubro/Novembro
Paulo Henrique Laurindo Nagydai da Silva	1422876	030.218.016-84	NUFIS	Sim	Novembro
Renato Cesar de Souza	1743261	753.932.206-34	UT-Uberlândia	Sim	Novembro/Dezembro
Ubaldina Maria da Costa Isaac	680362	205.050.276-15	NUPAEM	Sim	Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama no Mato Grosso do Sul – SUPES/MS

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Alexandre Justino da Silva	679965	390.251.874-04	NUPAEM	Não	Outubro/Novembro
Thainan Silva Bonato	1234611	406.022.808-77	UT-Corumbá	Não	Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama no Mato Grosso – SUPES/MT

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Cesar Esteves Soares	1422867	480.706.376-68	NUPAEM	Sim	Novembro

Superintendência do Ibama no Pará – SUPES/PA

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Edeilton Pereira dos Santos	1171688	785.751.335-00	GEREX - Santarém	Sim	Dezembro
Fábio Guerra Santos	1573521	697.194.202-78	GEREX - Santarém	Sim	Novembro
Herdélio Gomes Tocantins Maltez Junior	1366184	236.092.812-00	SUPES - PA	Sim	Novembro/Dezembro
Mendell de Sales Souza	1743223	704.628.362-15	SEAM	Sim	Outubro/Novembro
Sidney Máximo Arrifano Romero	1366167	073.754.068-04	SUPES - PA	Sim	Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama na Paraíba – SUPES/PB

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Andrey Augusto José Souza da Silva	1511093	705.791.482-20	DITEC	Sim	Setembro/Outubro
Bento Carlos de Arruda Neto	1726590	214.174.688-40	DITEC	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Claudio Germano dos Santos	737430	352.764.794-53	DITEC	Sim	Novembro
Diógenes Andrade da Silva	679154	374.585.824-72	DITEC	Sim	Novembro
Edval Batista da Silva Filho	737758	507.276.484-20	DITEC	Sim	Outubro/Novembro
Fabio Andrade Diniz	1099662	602.513.284-49	DITEC	Sim	Novembro
Geandro Guerreiro Pantoja	1579302	624.223.912-49	DITEC	Sim	Outubro/Novembro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Janine Barreto Marques Farias	1868466	010.544.404-92	DITEC	Não	Outubro
John Kennedy Vieira Lins	684086	364.965.024-04	DITEC	Sim	Novembro
Juscelino Soares de Oliveira	18748	357.229.834-20	DITEC	Sim	Outubro/Novembro
Luiz José da Silva	679941	161.564.804-63	DIAFI	Não	Outubro
Orlando de Assumpção Filho	1439107	550.730.187-53	DITEC	Sim	Novembro
Rinaldo Rocha de Sousa Filho	737435	414.435.434-20	DITEC	Sim	Setembro/Novembro/Dezembro
Rodrigo Dutra Escarião	1423155	873.032.134-49	DITEC	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Ronilson José da Paz	1339716	414.490.374-53	DITEC	Não	Outubro
Walter Galdino Bezerra	684087	207.059.994-91	DITEC	Sim	Setembro/Outubro
Zanoni Carmo Arouck Ferreira	667795	062.010.162-87	DITEC	Não	Outubro

Superintendência do Ibama em Pernambuco – SUPES/PE

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Amaro Cezar Araújo Fernandes	1364895	698.655.154-15	NUFIS	Sim	Outubro
Ana Virgínia Pereira Vieira de Melo	1099685	686.223.094-87	PREVFOGO	Não	Setembro/Outubro/Novembro
André Luiz Barros de Brito	2168403	709.900.344-53	NLA	Não	Outubro/Novembro
Antonângelo Augusto Pereira da Silva	1511056	256.651.808-40	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Antônio Carlos M. Cavalcanti Santos	678653	080.264.084-20	NUFIS	Sim	Outubro
Antônio de Souza Loureiro	675540	045.532.414-04	NLA	Não	Outubro/Novembro
Antônio Luiz Araújo Cunha	684687	329.794.794-20	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Carla Carneiro Marques	2413381	682.451.144-72	NUPAEM	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Darci Matias de Carvalho	678752	095.772.544-20	NUFIS	Sim	Outubro
Davson Alves de Oliveira	683741	101.869.644-04	NUFIS	Sim	Setembro/Outubro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Domingos Sávio de Morais Araújo	680155	272.457.564-49	NUFIS	Sim	Outubro
Fábio Luiz Teixeira de Souza	684218	344.754.194-68	COAD	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Flávia Farnese de Oliveira	1422962	746.117.394-49	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Francisco Carneiro Barreto Campello	680791	224.816.134-49	NUPAEM	Não	Outubro
Gilvânia Neves da Hora Morais	680763	399.091.074-49	NUFIS	Sim	Setembro/Outubro/Novembro
Gustavo Henrique de Oliveira Moreira	680867	298.827.614-53	NUFIS	Sim	Outubro
José Augusto da Silva Gusmão	686984	166.251.024-15	NUIP	Não	Outubro/Novembro
José Nivaldo Parente Teles	683973	134.706.124-04	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Josenilton José dos Santos	686656	209.868.403-78	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Lisânia Rocha Pedrosa	1222390	211.050.064-68	NUPAEM	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Luiz Mariano de Lima	684869	174.608.324-72	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Luiz Otávio de Araújo Correa	1541023	022.767.764-12	PREVFOGO	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Manoel Edson de Lima	6837360	187.663.314-04	NUBIO	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Maria Inês Tinoco	683857	111.861.602-25	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Mariana de Abreu Momesso	1796530	855.923.824-49	PREVFOGO	Não	Outubro/Novembro
Marinaldo Querino de Souza	687086	357.007.004-25	COAD	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Mônica Rejane de Lira Clemente Torres	1511645	026.636.144-75	NLA	Não	Outubro/Novembro
Ricardo de Melo Silva	684868	352.946.394-91	NUFIS	Sim	Outubro/Novembro
Romário Viana de Souza	1422309	703.425.164-93	PREVFOGO	Não	Outubro
Ronaldo Arruda da Silva	683325	409.555.084-87	NUFIS	Sim	Outubro

- Brigadistas – Prevfogo/PE

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	UF de Lotação	Período de Atuação
Acelmo Francisco Barbosa Gaia	3139124	107.070.054-18	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro

Anderson de Lima Alves	3139125	081.931.234-76	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Anderson Francisco Tomé Silva	3139123	023.683.714-19	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
André Francisco da Silva	3139126	084.975.454-27	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
André Lourenço da Silva	1059208	110.318.974-37	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Antonio José Carlos Nogueira de Souza	3139127	101.641.524-90	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Carlos Wilson Pereira dos Santos	1059214	702.058.024-60	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Daniel Gomes Pereira	5152129	109.688.744-44	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Edmar de Oliveira Santos	1058286	082.875.844-18	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Jakson Coelho de Amorim	3139370	100.360.704-75	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Jamerson Felipe Magalhães Batista	3139128	120.775.324-67	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
João Ferreira da Silva	4248449	097.219.514-98	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
João Paulo dos Santos	1058311	076.480.274-70	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
José Ailton Andrade da Silva	3139372	073.617.834-14	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Novembro
José Damião Vieira da Silva	5152132	031.569.604-46	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
José Edson Gomes Florentino	1058323	064.432.624-76	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Novembro
José Luciano Carneiro Pereira	1058327	075.416.184-62	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Novembro
José Romildo dos Santos	3139122	073.714.874-86	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Josenildo Antonio dos Santos	4152135	073.714.994-92	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Natan Rodrigues de Souza	3139129	014.596.584-85	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Nélson Antônio Silva Souza	3139382	091.307.594-98	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Novembro
Paulo Roberto Ferreira da Silva	4342026	043.053.314-46	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Robério Gomes Rodrigues	5152103	079.407.544-40	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Novembro
Romário Gomes Rodrigues	5152107	097.619.024-98	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Novembro
Wilck Pereira da Silva	3139132	120.541.814-80	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Outubro
Willas da Silva Rodrigues	3139131	124.361.334-33	PREVFOGO - SUPES/PE	PE	Novembro

Superintendência do Ibama no Piauí – SUPES/PI

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Camilla Carvalho de Almeida	17116876	625.238.803.34	UT-PAR/PI	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Edmilson Rodrigues dos Santos	571767	217.308.223-04	UT-PAR/PI	Não	Setembro
Euller Martins Paiva	1373840	811.966.953-34	SUPES - PI	Não	Setembro/Novembro e Dezembro
Francisco Damião de Araújo	1370322	448.565.473-72	NUPAEM	Não	Dezembro
Francisco de Assis da Silva Araújo	1413374	229.042.123-53	SUPES - PI	Não	Dezembro
Paulo Kennedy Pereira de Sousa	251072	227.612.763-53	NUPAEM	Não	Novembro

Superintendência do Ibama no Paraná – SUPES/PR

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Antonio Fabricio Vieira	2118540	914.862.119-68	UT-União da Vitória	Não	Novembro
Antonio Hernandes Torres Junior	1583170	256.063.068-08	UT-Londrina	Sim	Novembro/Dezembro
Caroline Banach Noga	2182052	066.344.219-27	NUCOFIN - DIAF	Não	Novembro/Dezembro
Celso Souza Franca	1067972	007.119.578-51	DIAFI	Não	Novembro/Dezembro
Cláudio Bicardi Ordine	6752201	320.989.609-72	SUPES - PR	Não	Novembro
Deborah Cristina Harumi Ohata	2057912	699.904.171-72	NUARRE - DIAFI	Não	Novembro/Dezembro
Fábio Henrique Moraes dos Santos	1905789	024.624.149-75	UT-Foz do Iguaçu	Sim	Dezembro
Giancarlo Mira Otto	1728747	925.519.809-25	UT-União da Vitória	Sim	Novembro/Dezembro
Luiza Tieko Tanioka	2169069	305.505.649-34	SUPES - PR	Não	Novembro/Dezembro
Marcelo Esteves de Macedo	1423239	021.471.987-14	SUPES - PR	Não	Novembro/Dezembro
Odair Antunes Siqueira	681784	248.779.212-49	UT2-Londrina	Sim	Outubro/Novembro
Sérgio Noriyuki Suzuki	1142316	659.136.639-34	UT-Foz do Iguaçu	Sim	Novembro/Dezembro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Thais Michele Fernandes	1413384	025.924.749-94	NEA - DITEC	Sim	Setembro/Outubro
Vinícius Carlos Freire	1714434	037.184.839-39	SUPES - PR	Não	Outubro

Superintendência do Ibama no Rio de Janeiro – SUPES/RJ

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Adail Rodrigues Gomes	684508	551.702.007-06	NUFIS	Não	Novembro/Dezembro
Antonio Carlos de Andrade dos Santos	679532	496.490.517-91	NUFIS	Não	Outubro/Novembro
Glecia Trinta de Paula Freitas Ramos	1523448	088.780.677-50	NUPAEM	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Illona Maria de Britto Sá	1717559	422.501.613-72	NUPAEM	Não	Novembro
João Pedro Martins da Silva	1868852	239.037.597-91	NUFIS	Não	Dezembro
Jorge Bernado Lopes Duarte	678956	334.264.227-00	DITEC	Não	Novembro
José Francisco Vieira Barreto	684109	720.649.437-49	NUMAP	Não	Novembro/Dezembro
Leandro Gonsalves Machado	1572184	085.879.357-12	UT-Angra	Não	Novembro/Dezembro
Paulo Gouveia do Nascimento	652380	495.837.867-72	NUFIS	Sim	Novembro
Rodrigo Vieira do Nascimento	1511325	092.431.237-85	UT2 Angra dos Reis	Sim	Novembro
Silvia Graciela Torres Gilardi	1365108	073.498.367-08	NUPAEM	Não	Novembro/Dezembro
Vinicius Modesto de Oliveira	1573316	079.722.817-93	DITEC	Sim	Outubro/Dezembro

- Brigadistas – Prevfogo/RJ

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	UF de Lotação	Período de Atuação
Alan Souza de Oliveira	1495675	073.508.737-78	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Augusto Fabrício Alves de Souza	3127772	142.261.167-12	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro

Carlos Alberto Pereira da Silva	3127775	876.984.717-72	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Dervaldo de Souza Santos	5129948	127.525.457-89	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Edinaldo Calixto Alves	1030527	078.511.517-08	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Eduardo Nascimento de Souza	3315312	095.018.927-86	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Fabrício dos Santos de Paula	3127743	009.914.765-30	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Ivan Cirino Diamantino	3127775	876.984.717-72	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Jailson da Silva	2389514	094.954.914-28	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
José Augusto de Souza Silva Júnior	1389549	118.564.457-12	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Júlio Cesar da Silva Ramos	3127865	041.444.447-75	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Márcio Marques de Barros	3127873	072.003.857-00	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Reginaldo Nascimento de Souza	4781085	038.557.267-01	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro
Rolan Souza Furtado	4229930	130.748.977-08	PREVFOGO - SUPES/RJ	RJ	Novembro

Superintendência do Ibama no Rio Grande do Norte – SUPES/RN

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Claudia Ramos Zagaglia	1431894	007.973.744-77	DITEC	Não	Novembro
Deusdeto Severino da Silva	680451	222.188.404-30	DITEC	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Fabíola Patrícia da Silva Rufino	1714820	066.153.584-33	DITEC	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Fernando Loschiavo Raeder	2423161	251.903.168-90	DITEC	Não	Setembro
Frederico Fonseca Galvão de Oliveira	1434516	942.844.234-87	NMI - DITEC	Sim	Setembro/Outubro/Novembro
Gilson de Jesus Nogueira	684201	230.926.704-00	DITEC	Sim	Setembro/Dezembro
Jean Franco Schmitt	1422197	871.025.369-68	DITEC	Sim	Setembro/Outubro
José Bezerra Neto	680217	413.127.164-87	DITEC	Sim	Setembro/Outubro/Novembro
Juliana Ramos Zagaglia	1513209	018.614.104-17	DITEC	Não	Outubro
Luis Felipe Bonifácio da Silva	1716957	098.745.387-40	DITEC	Sim	Outubro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Marcelo Gomes de Lira	1727937	010.430.014-09	DITEC	Sim	Novembro/Dezembro
Marcos José de Castro Saraiva	679034	108.309.014-34	UT-Mossoró	Sim	Novembro
Mário Gomes	680526	221.862.554-72	DITEC	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Maurício Brichta	1522061	668.515.215-04	DITEC	Sim	Outubro
Nelson dos Santos	1101385	471.572.751-04	DITEC	Não	Setembro
Paulo Edmilson de Brito	681137	130.616.744-20	DIAFI	Não	Novembro/Dezembro
Pedro Luiz Ribeiro dos Santos	681075	030.595.882-87	DITEC	Sim	Setembro/Outubro/Novembro
Robson Lopes de Sant'Ana	1513208	130.811.524-53	DITEC	Não	Setembro/Outubro
Ronaldo Douglas Pereira do Rêgo	1307434	737.848.424-53	CETAS	Sim - Insalubridade	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Sebastião Helmano Augusto de Souza	666848	108.309.014-34	UT-Mossoró	Não	Novembro
Simone Ribeiro	1511648	282.320.622-15	DITEC	Não	Setembro/Outubro
Tiago Saulo Freire Costa	1606486	032.965.954-84	DITEC	Sim - Insalubridade	Outubro

Superintendência do Ibama em Rondônia – SUPES/RO

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Ricardo Alexandre Mendonça de Melo	1513332	571.688.732-53	NUPAEM	Sim	Outubro
Thiago da Silva Luiz	2072687	974.079.502-10	NUFIS-NUPAEM	Não	Novembro

Superintendência do Ibama em Roraima – SUPES/RR

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Carlos José Dantas	11041766	164.267.382-04	NUPAEM	Sim	Outubro/Novembro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Gabriella Carmelita Cardoso	11510620	004.776.636-05	DITEC	Não	Outubro/Novembro
Janos Wanderley de Mello	708741	054.287.262-53	SUPES-RR	Não	Outubro/Novembro/Dezembro
Jardenia Camelo Trajano	2216613	862.898.372-49	NUPAEM - DITEC	Não	Novembro/Dezembro
Marilda Oliveira Borges	2055599	678.883.995-68	SUPES-RR	Não	Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul – SUPES/RS

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Alex Sandro da Rosa Cunha	1907208	004.718.650-01	UT2-Rio Grande	Não	Outubro
Clovis Tadeu de Siqueira	10687060	391.922.100-15	UT-Santa Maria	Sim	Dezembro
José Dinarte Buzzate	684857	175.036.120-53	UT-Santa Maria	Sim	Novembro/Dezembro

Superintendência do Ibama em Santa Catarina – SUPES/SC

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Fernando Dantas Campello	1549794	950.219.730-53	NLA	Não	Outubro/Novembro
George Porto Ferreira	1423250	018.018.789-94	SUPES - SC	Não	Novembro/Dezembro
Luis Henrique Pauli Bianchi	1413377	270.897.972-87	DITEC	Sim	Novembro/Dezembro
Luiz Ernesto Trein	1160682	402.489.250-91	UT-Itajaí	Sim	Outubro/Novembro
Roberto Reis Sordi	1503321	159.750.218-98	NLA	Não	Outubro/Dezembro

Superintendência do Ibama em Sergipe – SUPES/SE

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Aeliton Vieira Nascimento	680397	201.592.855-34	SUPES - SE	Sim	Setembro/Outubro
João Batista de Almeida	683649	102.972.945-04	SUPES - SE	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
João Pereira Filho	30487	122.337.655-91	SUPES - SE	Não	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Manoel Feitosa Santos Neto	678672	361.759.435-20	SUPES - SE	Sim	Setembro/Outubro
Marcelo Brandão José	1513402	010.921.757-84	SUPES - SE	Sim	Outubro
Maria Elena Pereira Sant'Ana	1578109	945.090.425-15	SUPES - SE	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Paulo Amílcar Farias Júnior	1513702	001.638.495-44	SUPES - SE	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Robson Carneiro Santana	1743366	904.787.545-15	SUPES - SE	Sim	Outubro/Novembro

Superintendência do Ibama em São Paulo – SUPES/SP

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Ana Angélica Alabarce Pinto	684327	044.605.078-46	UT2-Santos	Sim	Novembro
Cinthia Masumoto	1715478	174.389.418-09	DITEC	Sim	Outubro/Novembro
Felipe Camargo Lobo	1711325	314.132.678-90	UT2-Santos	Não	Novembro
Filipe Domingos Commetti	1714222	332.909.848-18	UT-Guarulhos	Sim	Novembro/Dezembro
Lazlo Macedo de Carvalho	1365885	024.266.437-73	UT2-Santos	Não	Novembro
Murilo Reple Penteado Rocha	1423195	264.761.888-79	SUPES - SP	Sim	Outubro/Novembro
Tiago Luz Farani	1951375	014.148.905-75	NUPAEM	Não	Outubro/Novembro

Superintendência do Ibama em Tocantins – SUPES/TO

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Angelo Paulo Silva Gomes	2268403	028.944.181-16	NUARRE - DIAFI	Não	Dezembro
Hilka Monteiro Rocha	1048608	659.289.201-30	NUPAEM - DITEC	Sim	Novembro
Josemar Barreira Bezerra	686615	295.092.701-72	DITEC	Não	Novembro/Dezembro

Diretoria de Proteção Ambiental – DIPRO

Coordenação Geral de Emergências Ambientais – CGEMA/DIPRO

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Carlla Barbosa Lima Fonseca Santos	2573982	821.064.955-87	CGEMA - DIPRO	Sim	Setembro/Outubro/Novembro
Cristiane de Oliveira	1571839	797.656.291-68	CGEMA - DIPRO	Não	Setembro/Outubro
Fábio Araújo Pinto Sobrinho	1728809	075.350.787-02	CGEMA - DIPRO	Não	Outubro/Novembro
Fernanda Cunha Pirillo Inojosa	1511240	221.063.298-65	CGEMA - DIPRO	Não	Setembro/Outubro/Novembro
Flávia Alves de Lima Paiva	1510839	715.847.141-15	CGEMA - DIPRO	Não	Setembro/Outubro
Gutemberg Machado Mascarenhas	1575763	844.633.761-49	CGEMA - DIPRO	Sim	Outubro/Novembro
João Henrique Mesquita Coelho	2669163	017.967.681-46	CGEMA - DIPRO	Não	Outubro/Novembro
José Carlos Mendes de Moraes	686145	342.783.201-59	CGEMA - DIPRO	Sim	Outubro/Novembro
Marcelo Neiva de Amorim	2447769	266.552.251-91	CGEMA - DIPRO	Sim	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro
Philipe Pontes Barbeiro	2077166	124.228.657-80	CGEMA - DIPRO	Não	Dezembro
Tatiane Maria Vieira Leite	1865668	079.191.307-43	CGEMA - DIPRO	Sim	Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro

Coordenação Geral de Fiscalização – CGFIS

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Gunther Barbosa	1241662	621.477.142-91	COFIS - CGFIS	Sim	Novembro/Dezembro
Marcelo Sauwen Cruz	1365480	843.718.387-15	CGFIS - DIPRO	Sim	Dezembro

Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
José Carlos Martins Silva	462434	080.965.893-34	PREVFOGO - DIPRO	Não	Novembro/Dezembro

- Brigadistas – Prevfogo/Sede

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Período de Atuação
Marcelo de Araújo Silva	2357165	647.647.451-00	PREVFOGO - DIPRO	Outubro/Novembro
Ruzimar Francisco Soares	1312675	254.147.201-34	PREVFOGO - DIPRO	Outubro/Novembro

Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Alexandre Louis de Almeida d'Avignon	1043661	776.531.577-34	COEXP - CGMAC	Não	Novembro
Ana Paula Cavalcante da Cruz	1365152	071.698.587-03	COPROD - CGMAC	Não	Outubro
Ana Paula Pinto Fernandez	1868495	011.986.197-67	COPROD - CGMAC	Não	Outubro
Carolina Esteves Alves	1475429	088.256.727-64	COPROD - CGMAC	Não	Novembro
Clarissa Cunha Menezes Condé	1572180	043.042.797-26	COEXP - CGMAC	Não	Novembro/Dezembro

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Emerson Austin Nepomuceno Marcondes	1422885	185.669.928-57	COEXP - CGMAC	Não	Outubro/Novembro
Fábio de Souza Kirchpfennig	1830627	054.956.577-99	COEXP - CGMAC	Não	Novembro
Fernando Augusto Galheigo	1717570	079.508.667-99	COPROD - CGMAC	Não	Outubro
João Carlos Nóbrega de Almeida	1572182	029.435.347-06	COPROD - CGMAC	Não	Outubro/Novembro/Dezembro
Leandro Perrier de Faria Valentim	1695436	103.168.027-60	COPROD - CGMAC	Não	Outubro/Novembro/Dezembro
Marcelo Alonso Farrenberg	1953290	304.978.598-58	COEXP - CGMAC	Não	Novembro
Michel Souza Marques	1699031	070.838.997-03	COPROD - CGMAC	Não	Novembro
Paulo Cirne da Silva	1868853	004.902.387-00	COEXP - CGMAC	Não	Outubro/Novembro
Raquel Pinhão da Silveira	2107556	096.069.287-80	COEXP - CGMAC	Não	Novembro
Rogério Paiva de Freitas	2082245	043.034.737-58	COEXP - CGMAC	Não	Outubro/Novembro
Thamiris da Silva Soares	2077012	127.193.197-40	COEXP - CGMAC	Não	Novembro
Tomas de Oliveira Bredariol	2083578	129.972.167-29	COPROD - CGMAC	Não	Novembro

Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas – DBFLO

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Íria de Souza Pinto	11510231	218.224.528-64	COFAP - CGMOC	Não	Setembro/Outubro

Diretoria de Qualidade Ambiental – DIQUA

Nome	Matrícula	CPF	Unidade de Lotação	Recebe Adicional de Periculosidade	Período de Atuação
Lorena de Castro Lima	2076750	031.001.761-03	COASP – CGASQ	Não	Dezembro
Ubirajara Fidelis da Silva	1481191	028.282.207-02	COASP – CGASQ	Não	Dezembro

CONTROLE DE REVISÕES

DATA	REV.	DESCRIÇÃO DA ALTERAÇÃO
31.12.2019	00	Relatório inicial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3

2. MISSÕES REALIZADAS DESDE DEZ/2018 4

3. MISSÕES REALIZADAS NA BACIA DE CAMPOS DESDE DEZ/2018 5

4. MISSÕES REALIZADAS NA BACIA DE CAMPOS ENTRE 26/AGO E 06/DEZ 7

5. ROTAS DE MONITORAMENTO 8

5.1. Rotas Principais 9

5.2. Rotas Realizadas na Bacia de Campos no Período de 26/Ago à 06/Dez de 2019 10

5.3. Rotas Realizadas em Dezembro de 2018 11

5.4. Rotas Realizadas em Janeiro de 2019 12

5.5. Rotas Realizadas em Fevereiro de 2019 13

5.6. Rotas Realizadas em Março de 2019 14

5.7. Rotas Realizadas em Abril de 2019 15

5.8. Rotas Realizadas em Maio de 2019 16

5.9. Rotas Realizadas em Junho de 2019 17

5.10. Rotas Realizadas em Julho de 2019 18

5.11. Rotas Realizadas em Agosto de 2019 19

5.12. Rotas Realizadas em Setembro de 2019 20

5.13. Rotas Realizadas em Outubro de 2019 21

5.14. Rotas Realizadas em Novembro de 2019 22

5.15. Rotas Realizadas em Dezembro de 2019 23

1. INTRODUÇÃO

Conforme solicitação do IBAMA, este documento apresenta os resultados do projeto MEDUSA/POSEIDON desde o início da prestação de serviços em 17/12/2018 até a data de 31/12/2019.

2. MISSÕES REALIZADAS DESDE DEZ/2018

Desde o ínicio do projeto em 17 de dezembro de 2018, até a data de 31 de dezembro de 2019, foram realizadas missões de monitoramento em toda a costa brasileira, atendendo às solicitações do IBAMA, conforme as diretrizes do contrato de serviços.

Nesse período foram realizadas 360 missões, totalizando 986 horas e 18 minutos de monitoramento (entende-se cada missão como um voo de monitoramento distinto). Na média foram realizados 28 voos a cada mês. O Gráfico 1 apresenta o número de missões realizadas por mês desde o início do projeto.

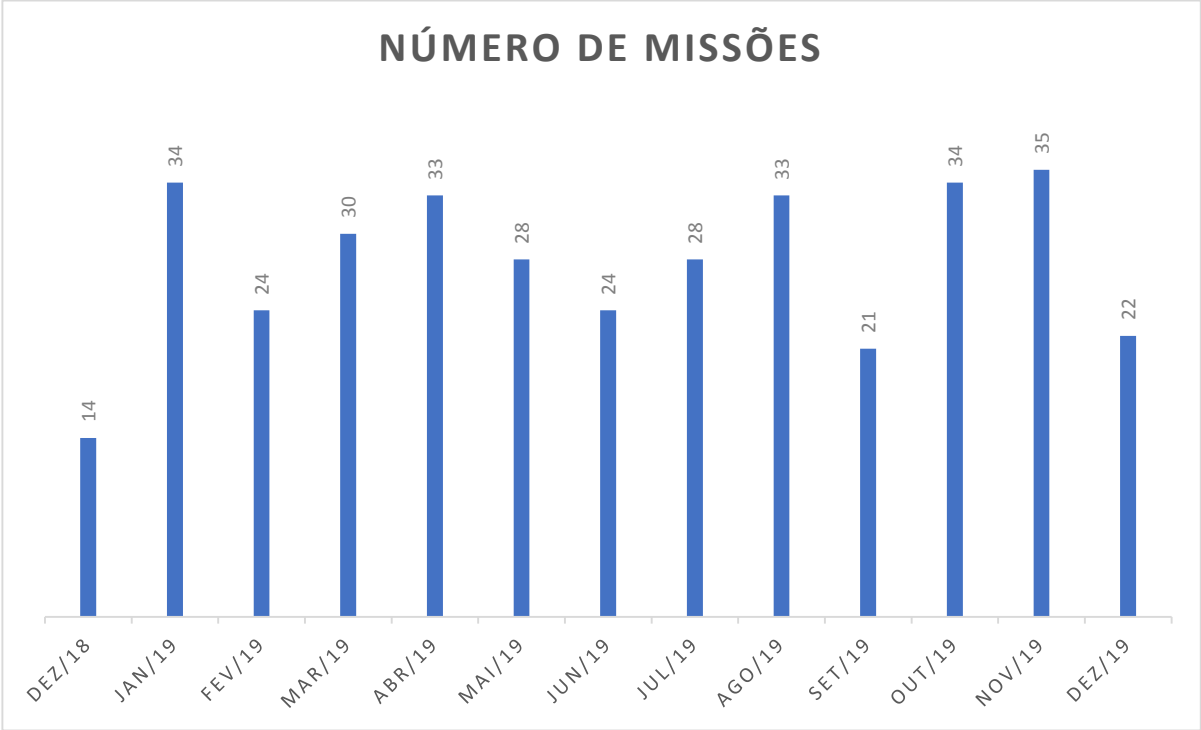

Gráfico 1 – Número de missões por mês desde o início do projeto.

Durante uma missão de monitoramento todas as feições identificadas são inspecionadas para confirmação de sua resposta característica para óleo.

Considerando todo o período desde o início do projeto, foram identificadas 314 feições suspeitas para inspeção, sendo que destas, 237 apresentaram resposta para óleo. A Tabela 1 e o Gráfico 2 apresentam o número de inspeções realizadas por mês, divididas pelas classes de volume de óleo calculado.

Classe de volume (L)	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Total
> 1.000L	3	6	0	1	1	1	0	1	0	2	0	0	**15**
100L à 1.000L	5	1	0	2	0	5	2	3	0	1	3	1	**23**
10L à 100L	3	8	12	4	2	6	6	4	4	1	2	1	**53**
1L à 10L	3	5	12	4	18	15	15	18	6	5	12	5	**118**
< 1L	1	3	1	0	1	0	0	10	4	1	2	5	**28**

Tabela 1 – Número de inspeções realizadas, separadas pelas classes de volume de óleo calculado.

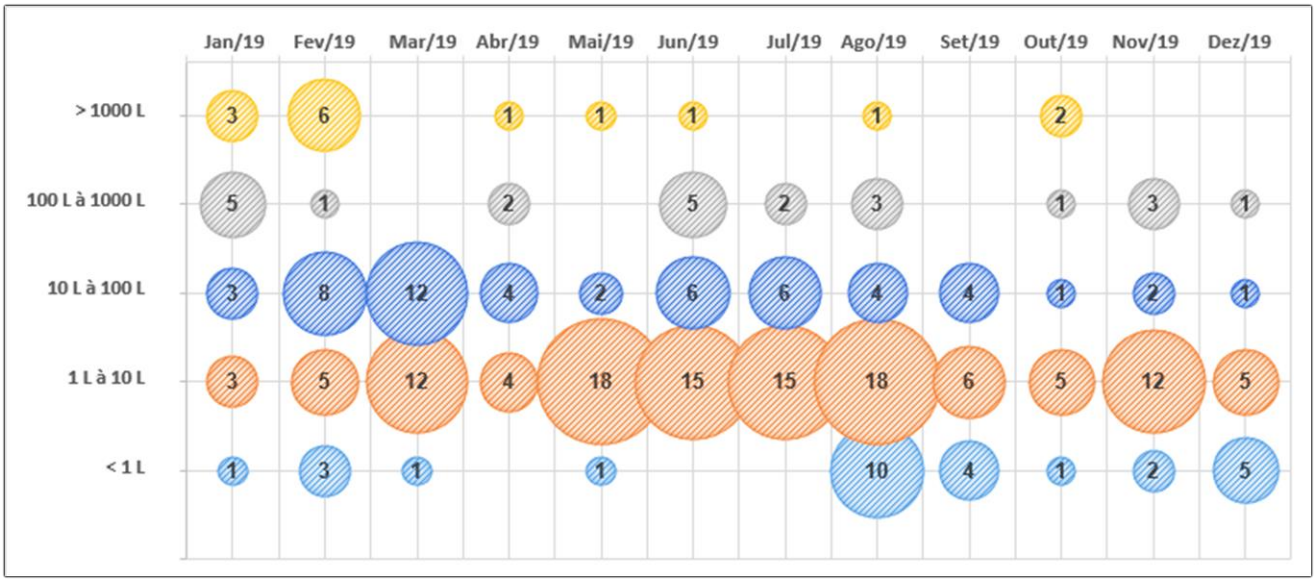

Gráfico 2– Número de inspeções realizadas, divididas pelas classes de volume de óleo calculado.

3. MISSÕES REALIZADAS NA BACIA DE CAMPOS DESDE DEZ/2018

Em função dos seus objetivos, uma missão pode cobrir a área de uma ou mais bacias num mesmo voo. Desta forma, em algumas missões, são sobrevoadas partes das bacias de Santos e Campos no mesmo voo. O Gráfico 3 apresenta a quantidade de missões realizadas por bacia sedimentar.

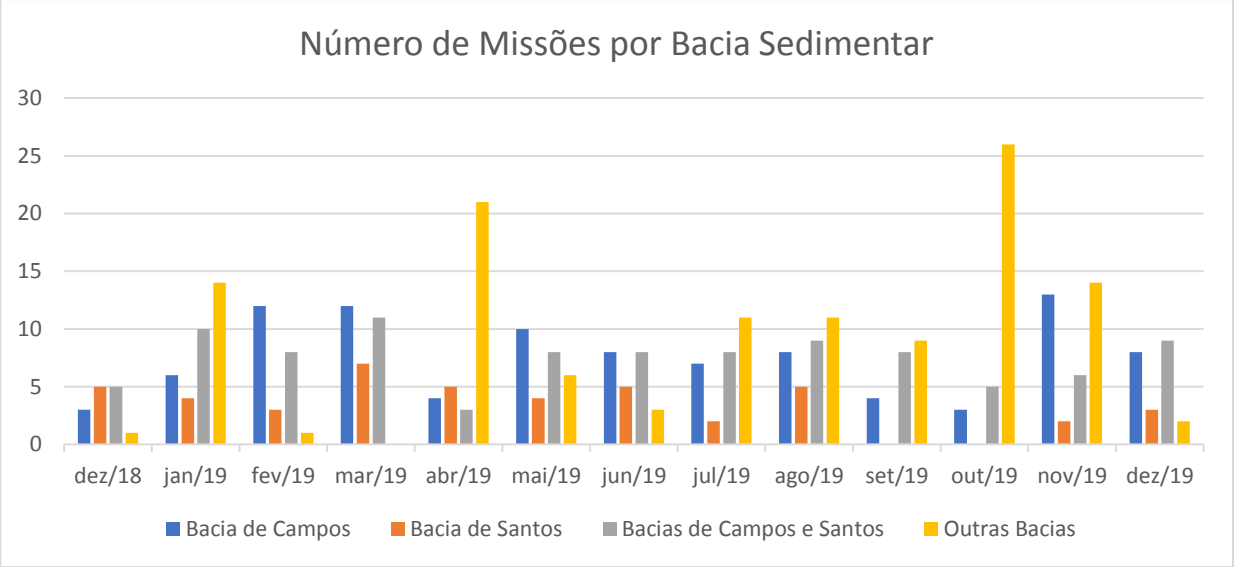

Gráfico 3 – Número de missões realizadas por Bacia Sedimentar.

Das 360 missões realizadas no período, 196 cobriram a Bacia de Campos, totalizando 553 horas e 35 minutos de monitoramento, o que equivale a 55% do tempo total. Assim, foram realizadas:

- 98 missões exclusivas na Bacia de Campos (248 horas e 31 min);
- 98 missões cobrindo as Bacias de Campos e Santos (305 horas e 04 min).
- 45 missões exclusivas na Bacia de Santos (127 horas e 33 min);
- 119 missões nas demais bacias (305 horas e 10 min).

O Gráfico 4 apresenta a distribuição das missões em função das bacias sedimentares.

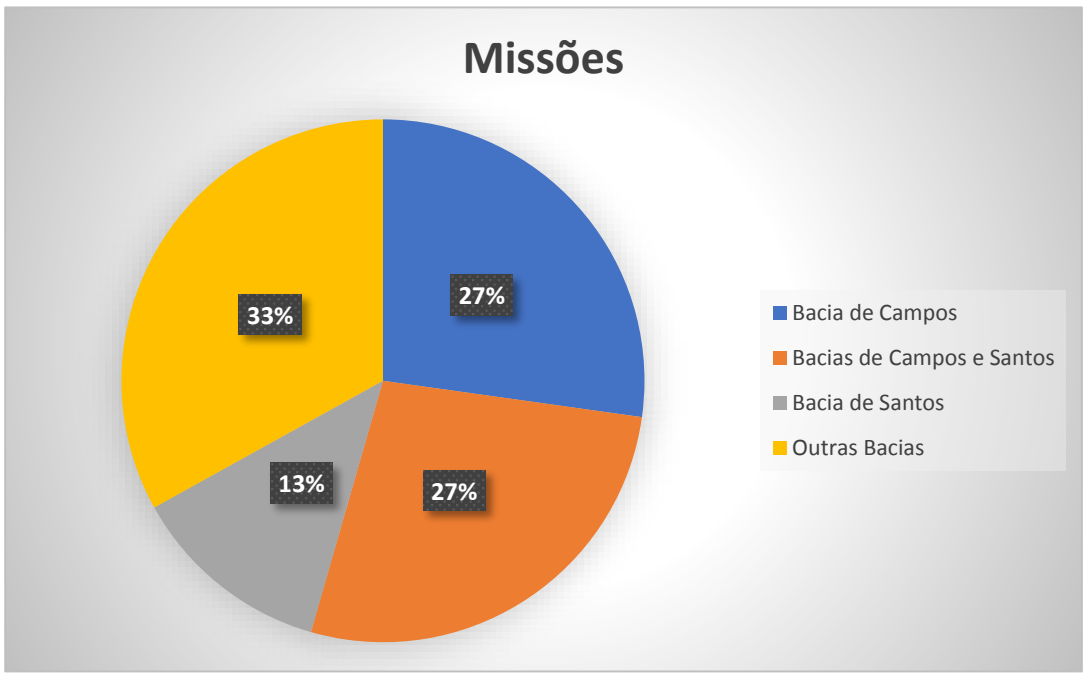

Gráfico 4 – Distribuição das missões por Bacias Sedimentares.

Considerando todo o período desde o início do projeto, na Bacia de Campos foram identificadas 283 feições suspeitas para inspeção, sendo que destas, 206 apresentaram resposta para óleo. A Tabela 2 e o Gráfico 5 apresentam o número de inspeções realizadas por mês, divididas pelas classes de volume de óleo calculado.

Classe de volume (L)	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Total
> 1.000L	3	6	0	1	1	1	0	1	0	2	0	0	**15**
100L à 1.000L	5	1	0	2	0	5	2	3	0	1	3	1	**23**
10L à 100L	3	5	10	3	2	3	4	4	2	0	2	1	**38**
1L à 10L	3	4	11	4	17	13	12	16	6	4	12	5	**107**
< 1L	1	2	0	0	1	0	0	8	4	1	2	4	**23**

Tabela 2 – Número de inspeções realizadas, separadas pelas classes de volume de óleo (Bacia de Campos).

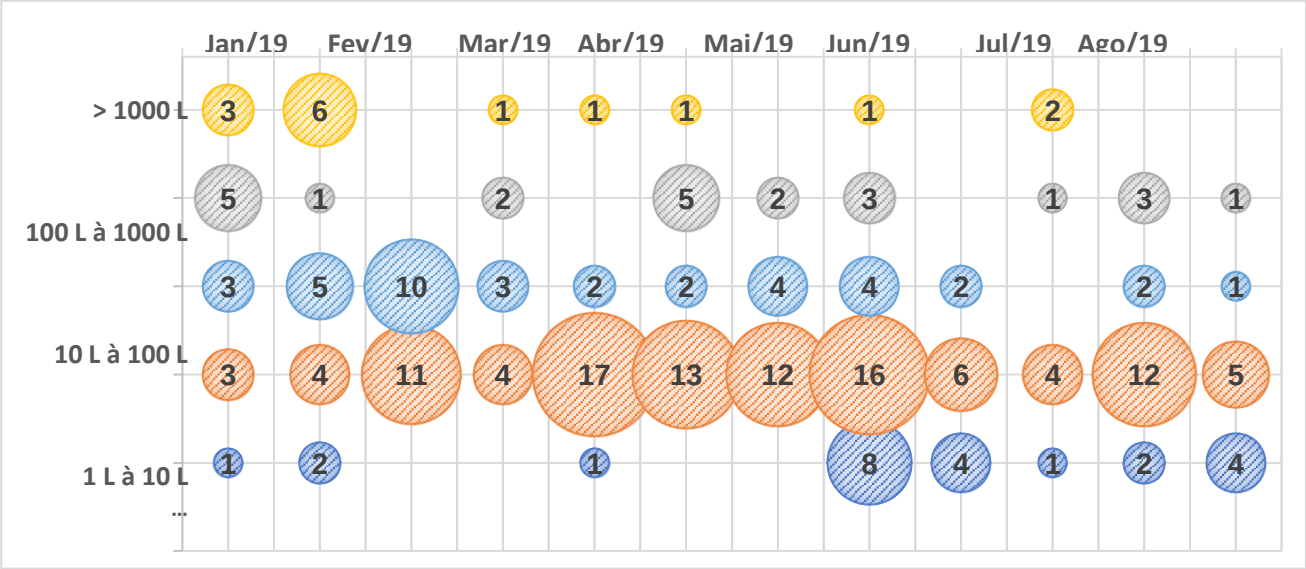

Gráfico 5 – Número de inspeções realizadas, divididas pelas classes de volume de óleo calculado.

4. MISSÕES REALIZADAS NA BACIA DE CAMPOS ENTRE 26/AGO E 06/DEZ

No período específico entre 26 de agosto de 2019 e 06 de dezembro de 2019 foram realizadas 49 missões na área da Bacia de Campos, totalizando 138 horas e 59 minutos de monitoramento.

5. ROTAS DE MONITORAMENTO

As rotas de monitoramento são definidas pelo IBAMA em função dos seus objetivos, e se dividem em 3 grupos principais, sendo:

- **Rotas Principais** – percorrem as áreas de maior concentração de plataformas;
- **Rotas Especiais** – percorrem áreas com objetivos específicos;
- **Rotas Emergenciais** – planejadas para atendimento de emergências.

A seguir são apresentadas todas as rotas percorridas pela aeronave durante as missões realizadas nas áreas de maior concentração de plataformas, nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.1. Rotas Principais

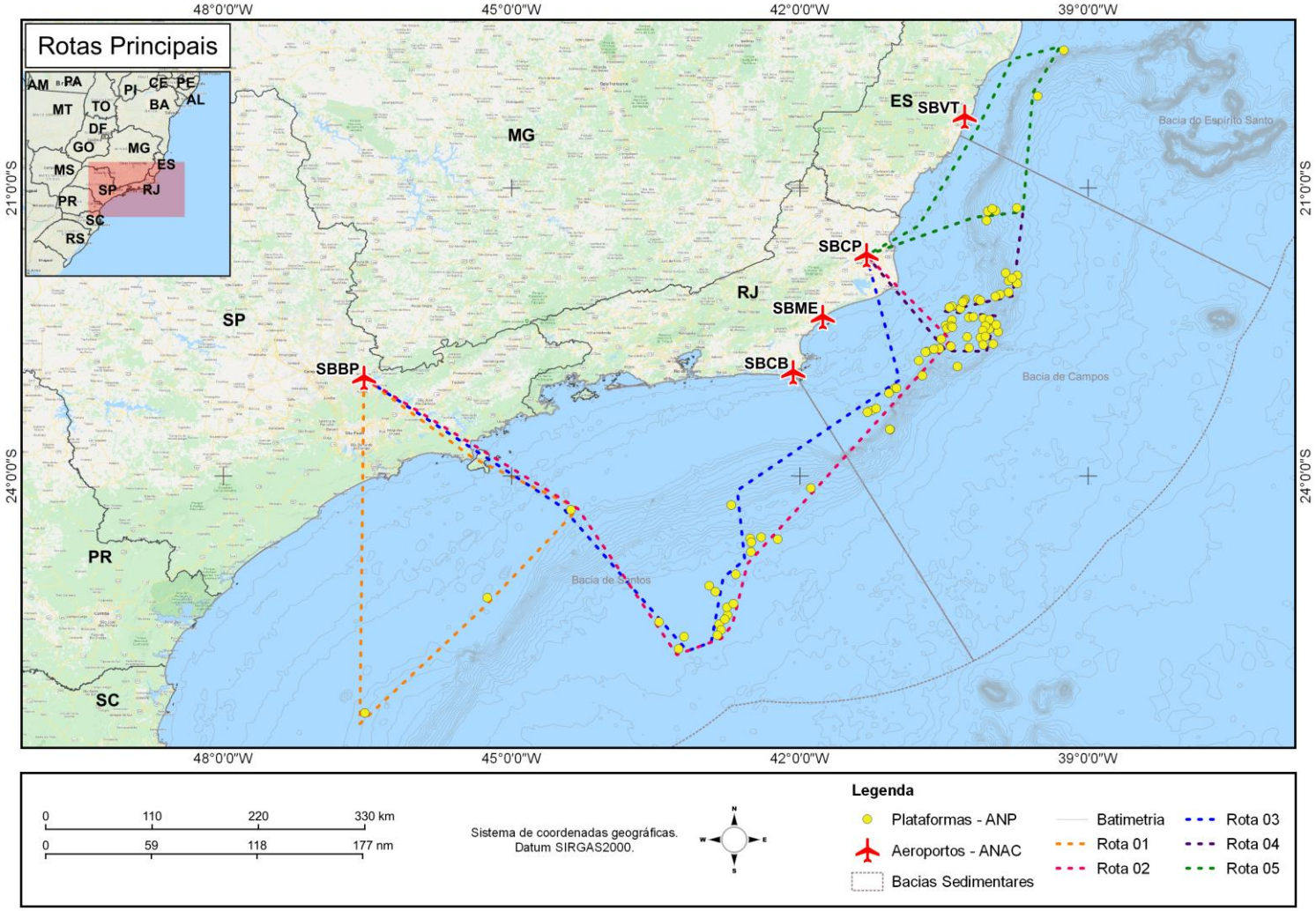

Figura 1 – Rotas Principais para monitoramento de plataformas nas Bacias de Campos, Santos e Espirito Santo.

5.2. Rotas Realizadas na Bacia de Campos no Período de 26/Ago à 06/Dez de 2019

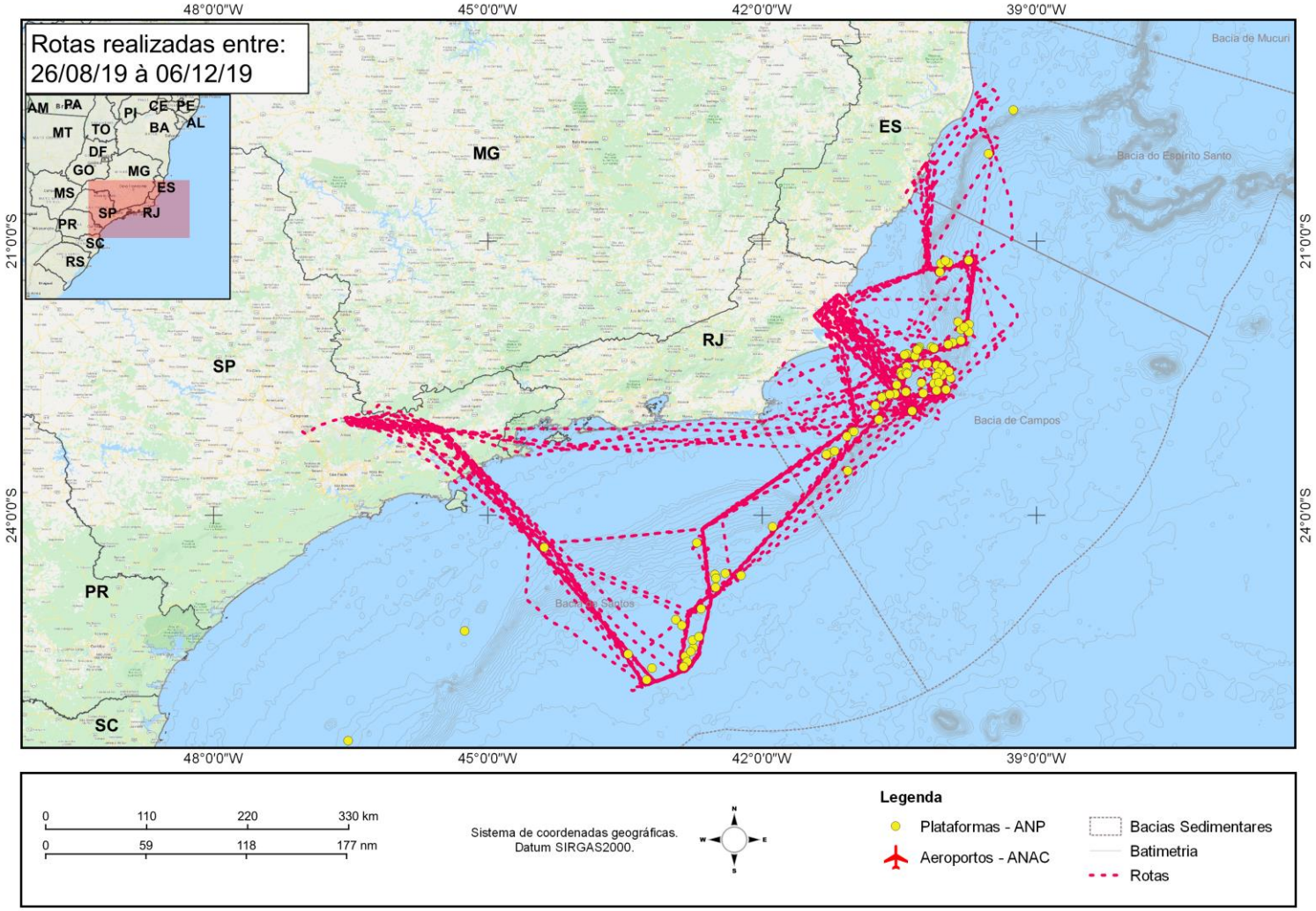

Figura 2 – Rotas de monitoramento realizadas na Bacia de Campos entre 06/Agosto e 26/Dezembro de 2019.

5.3. Rotas Realizadas em Dezembro de 2018

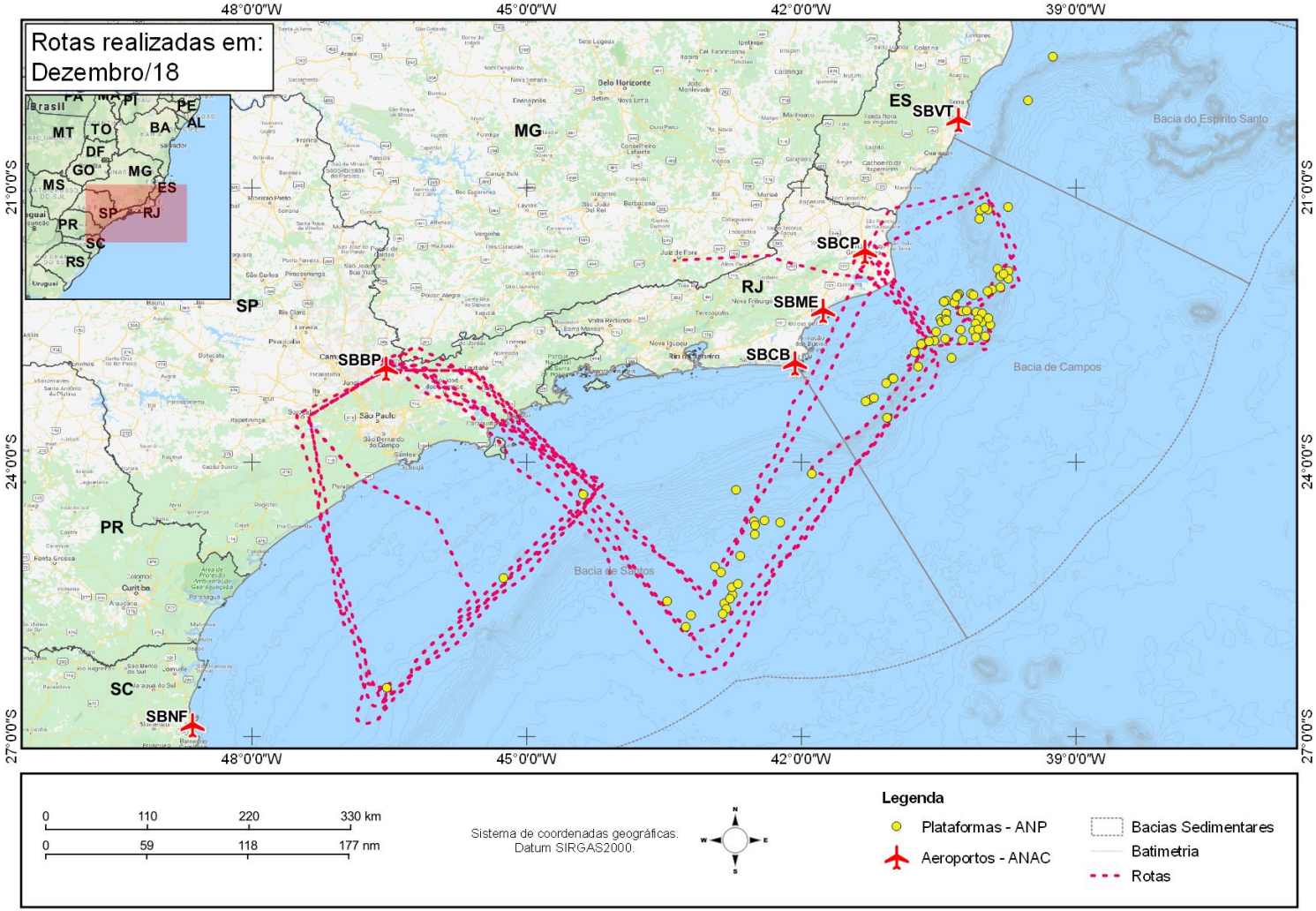

Figura 3 – Rotas de monitoramento realizadas em dezembro de 2018 nas bacias de Campos e Santos.

5.4. Rotas Realizadas em Janeiro de 2019

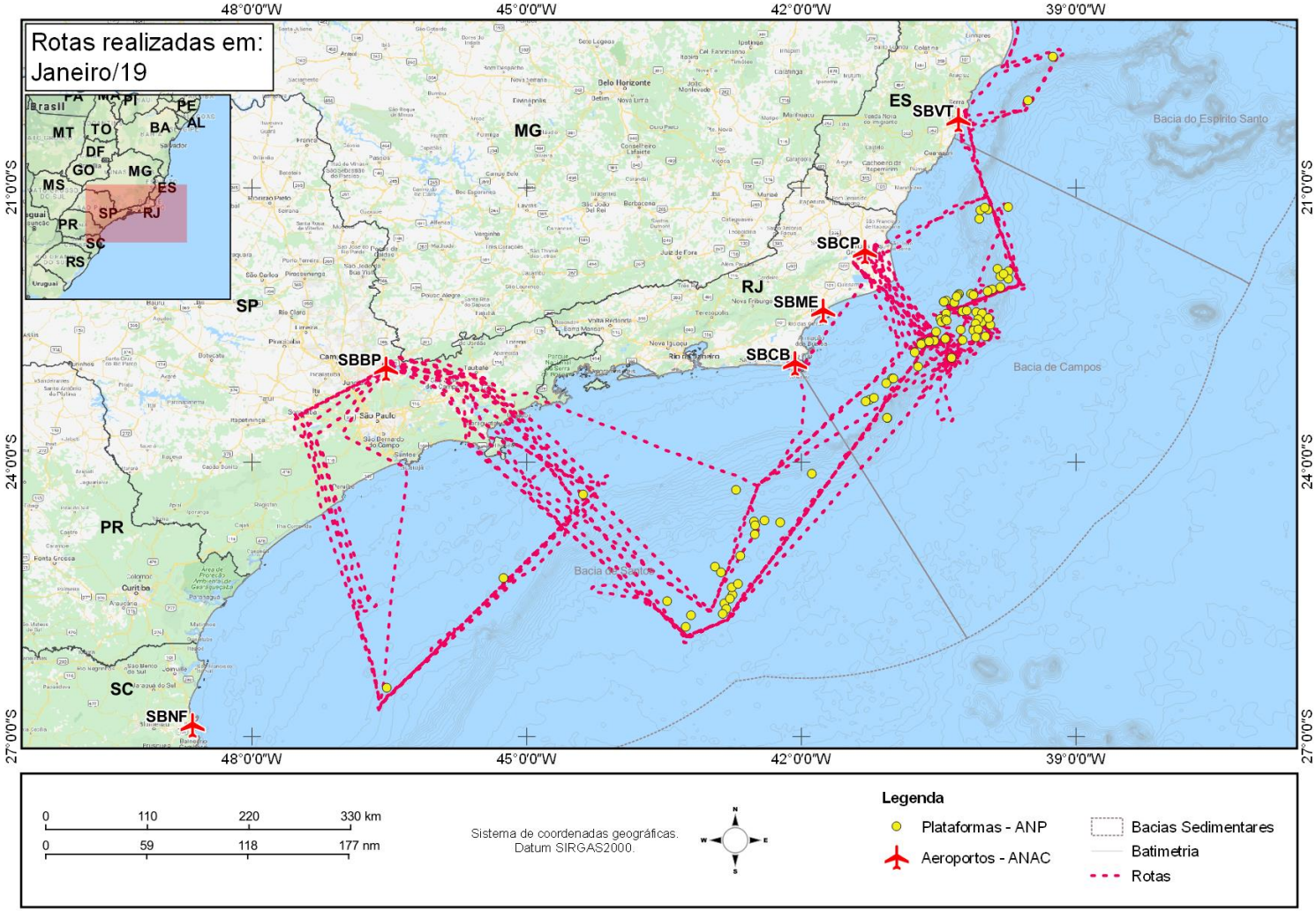

Figura 4 – Rotas de monitoramento realizadas em janeiro de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.5. Rotas Realizadas em Fevereiro de 2019

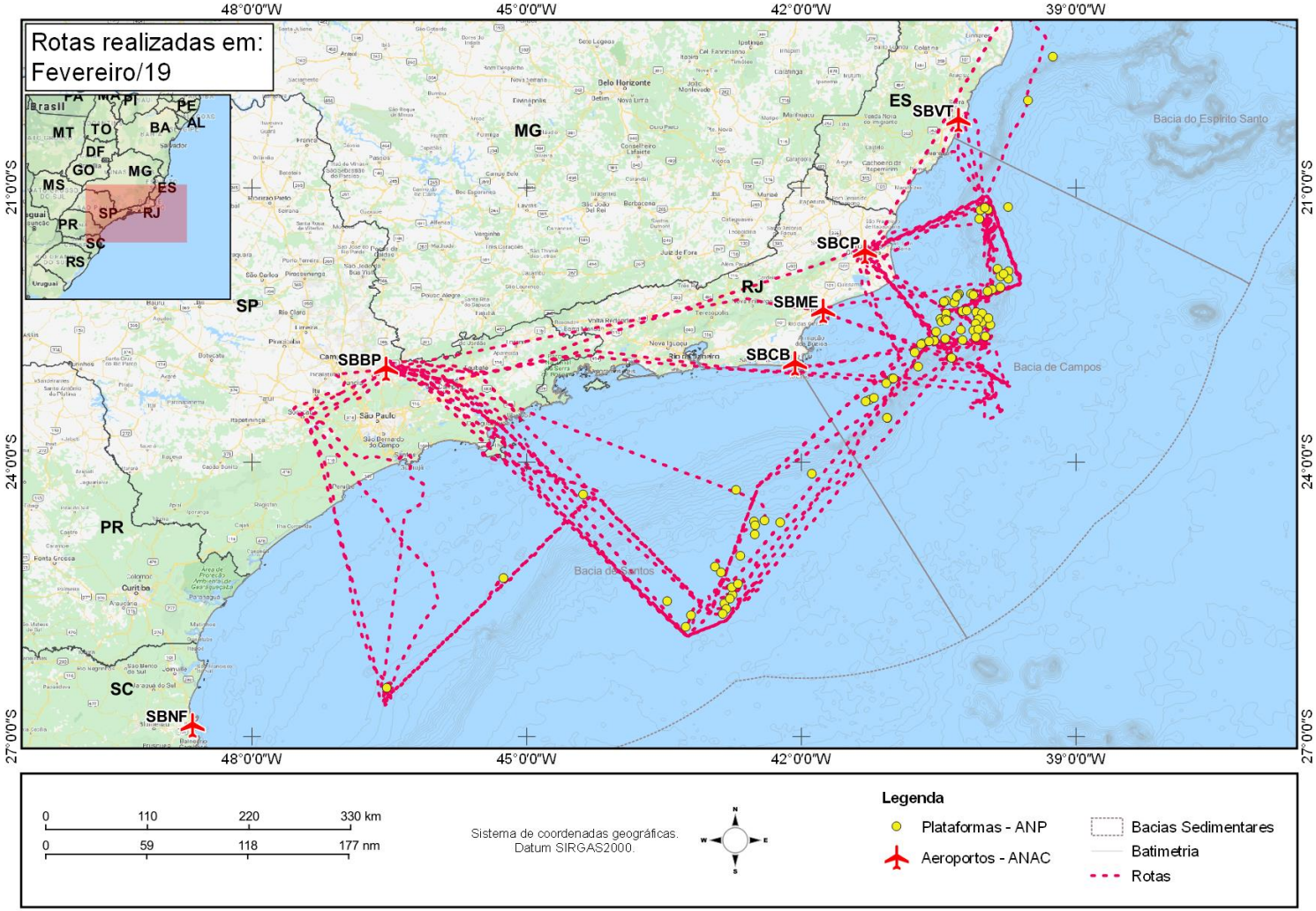

Figura 5 – Rotas de monitoramento realizadas em fevereiro de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.6. Rotas Realizadas em Março de 2019

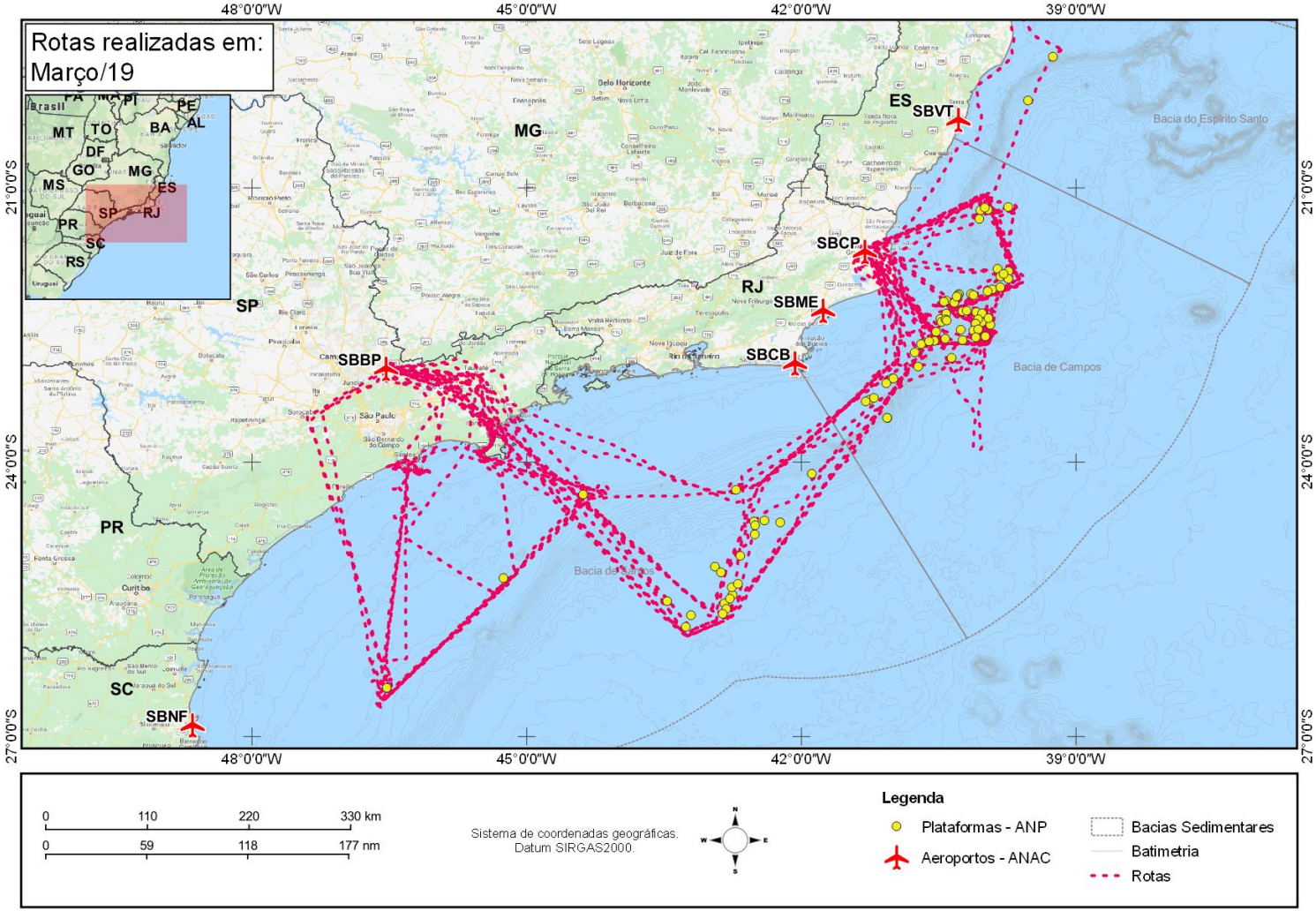

Figura 6 – Rotas de monitoramento realizadas em março de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.7. Rotas Realizadas em Abril de 2019

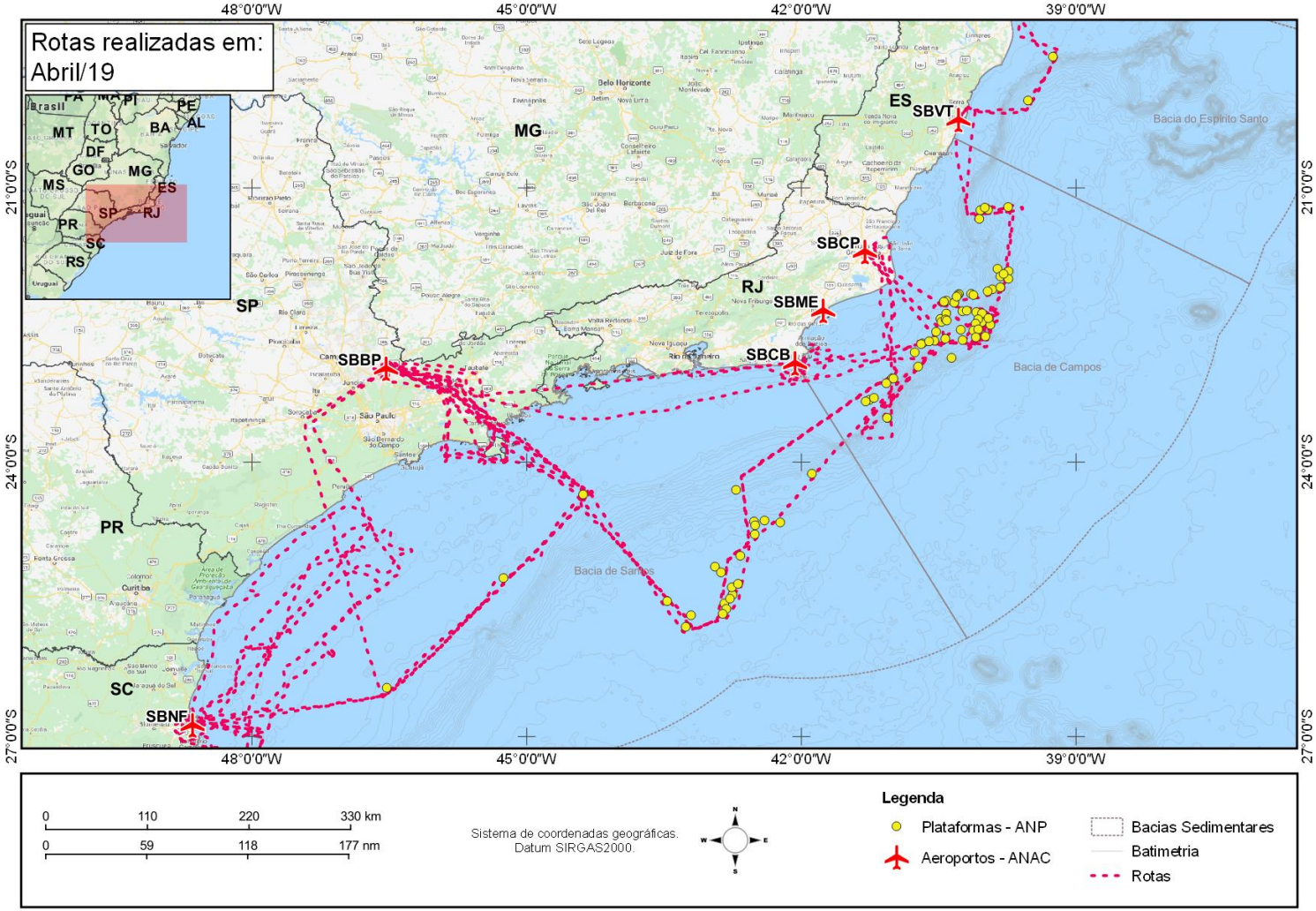

Figura 7 – Rotas de monitoramento realizadas em abril de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.8. Rotas Realizadas em Maio de 2019

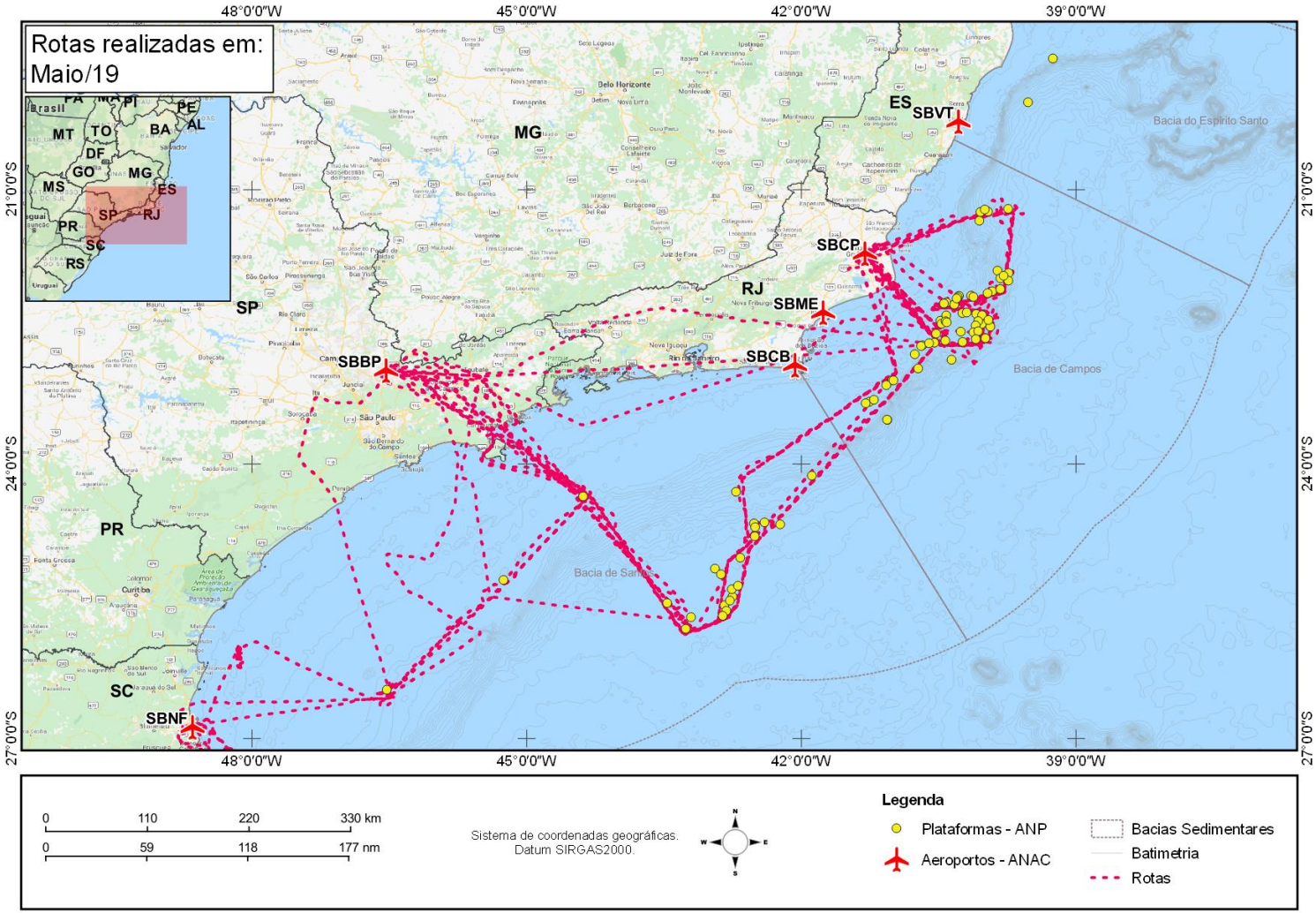

Figura 8 – Rotas de monitoramento realizadas em maio de 2019 nas bacias de Campos e Santos.

5.9. Rotas Realizadas em Junho de 2019

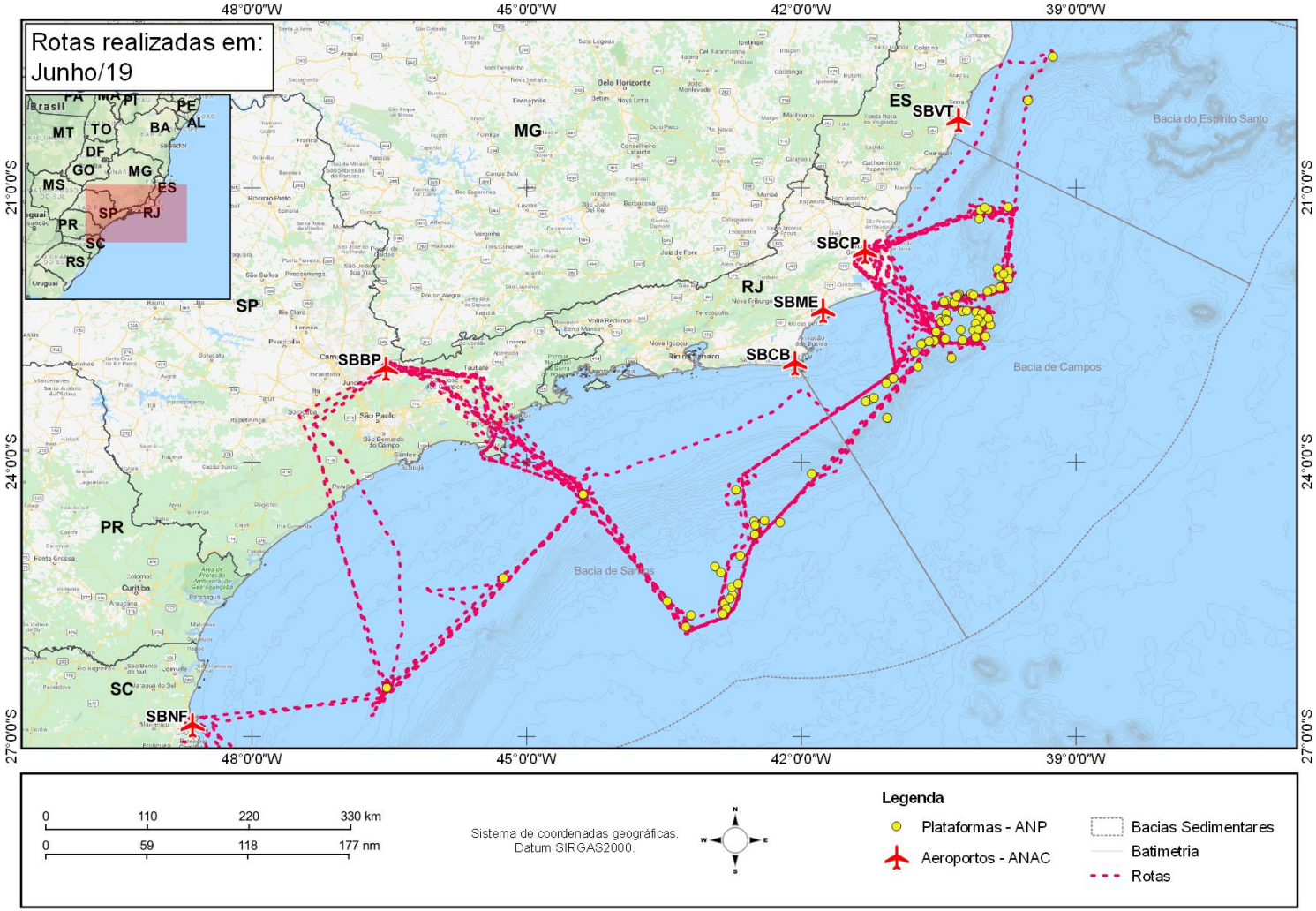

Figura 9 – Rotas de monitoramento realizadas em Junho de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.10. Rotas Realizadas em Julho de 2019

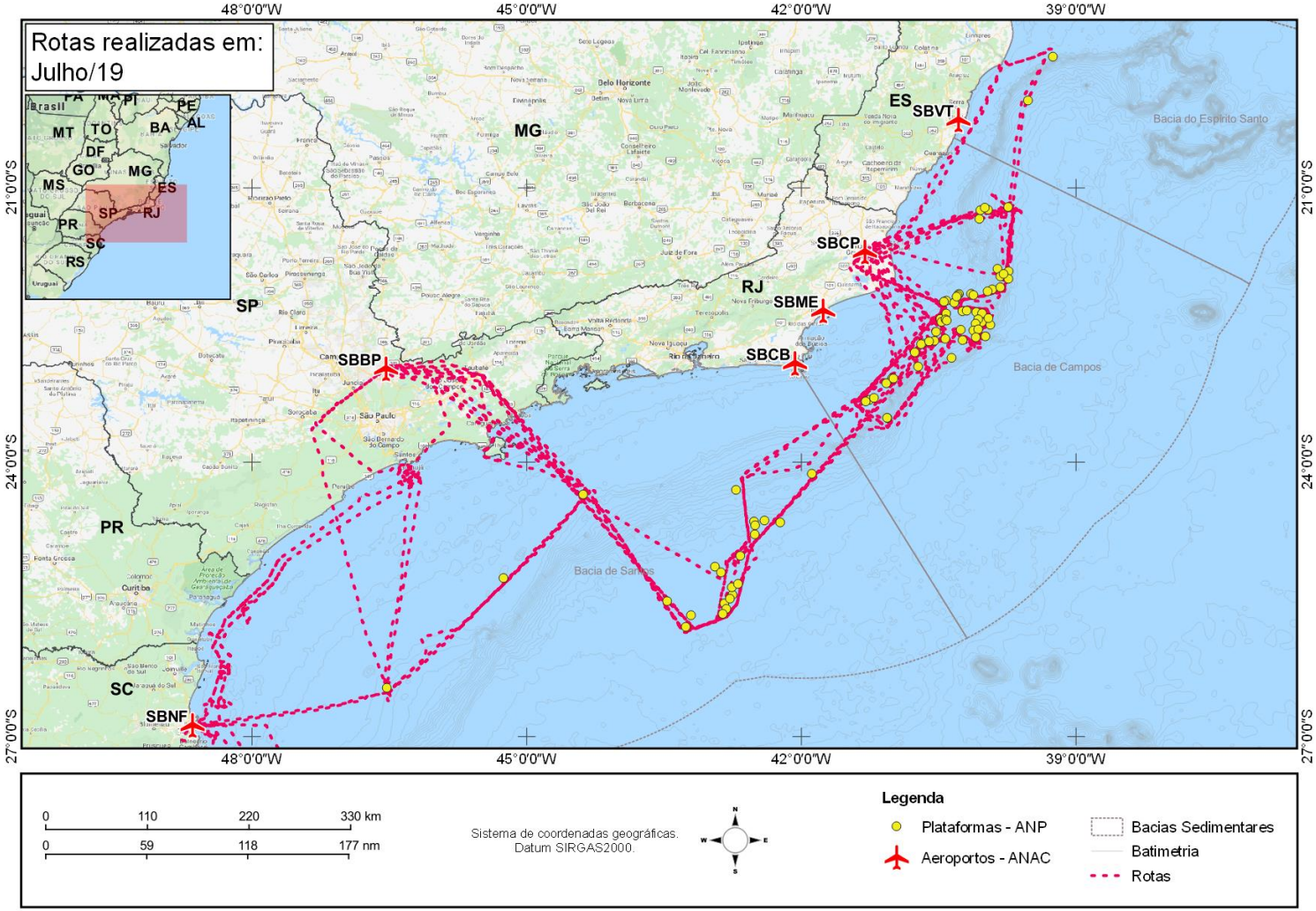

Figura 10 – Rotas de monitoramento realizadas em Julho de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.11. Rotas Realizadas em Agosto de 2019

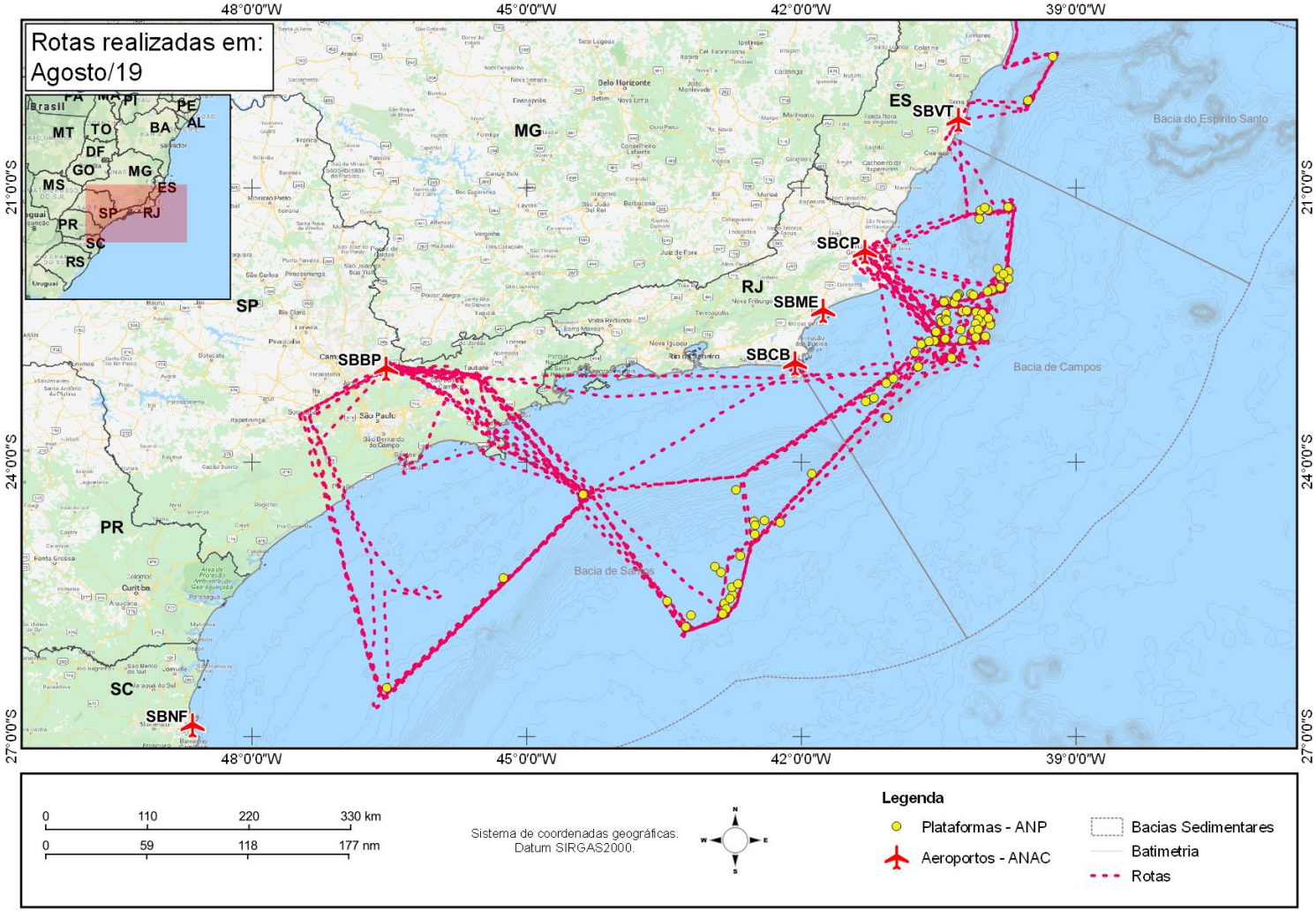

Figura 11 – Rotas de monitoramento realizadas em Agosto de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.12. Rotas Realizadas em Setembro de 2019

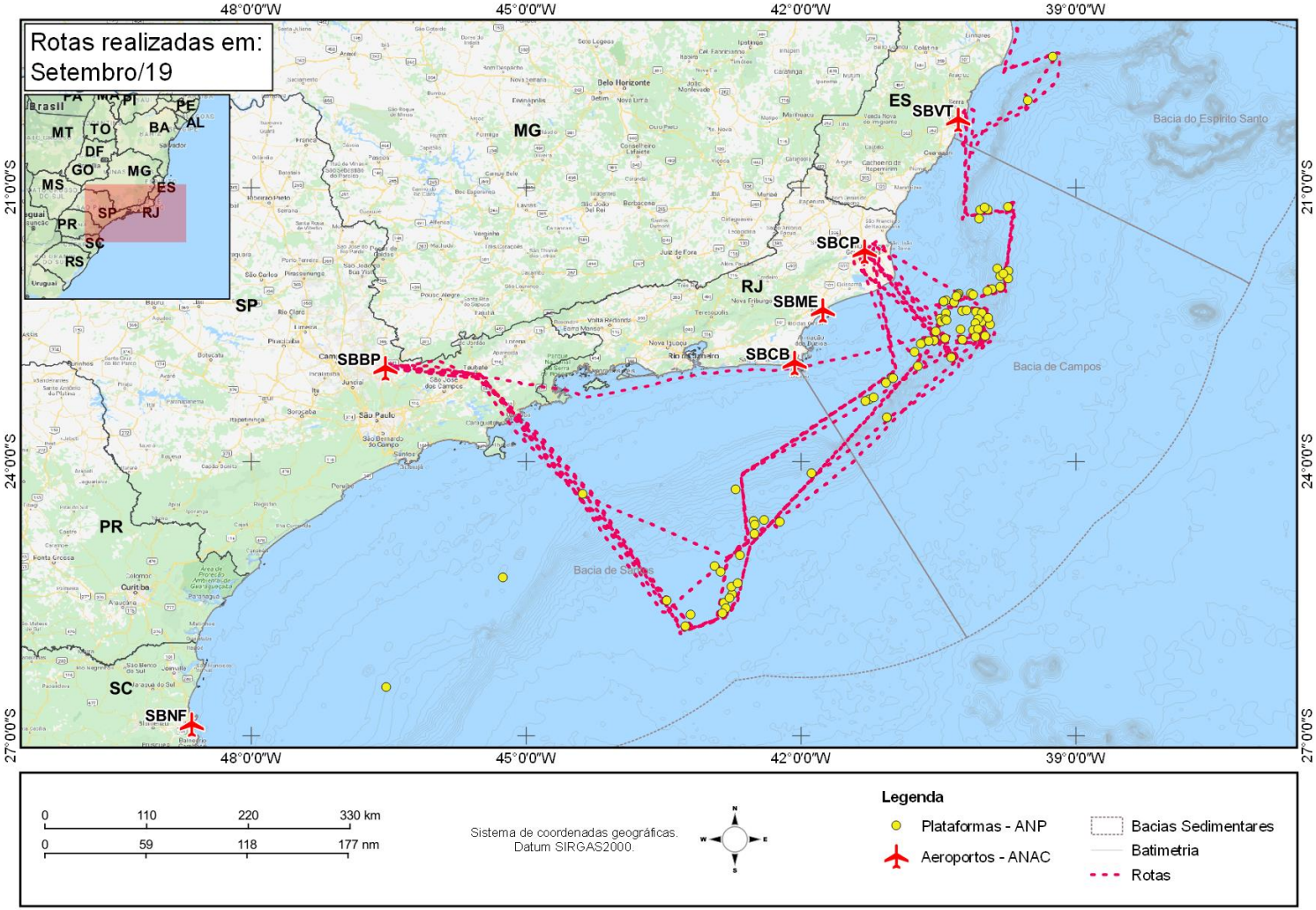

Figura 12 – Rotas de monitoramento realizadas em Setembro de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.13. Rotas Realizadas em Outubro de 2019

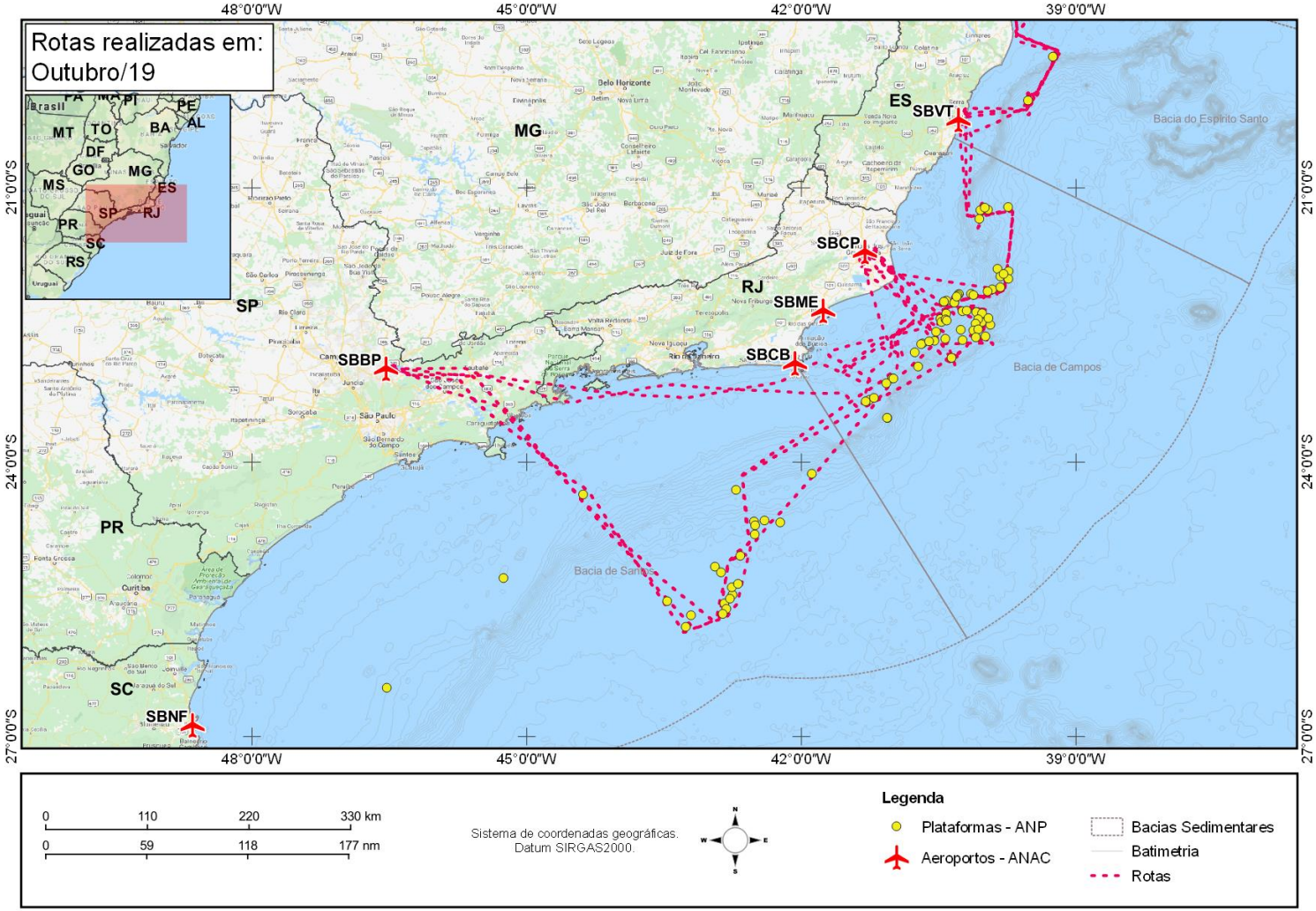

Figura 13 – Rotas de monitoramento realizadas em Outubro de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.14. Rotas Realizadas em Novembro de 2019

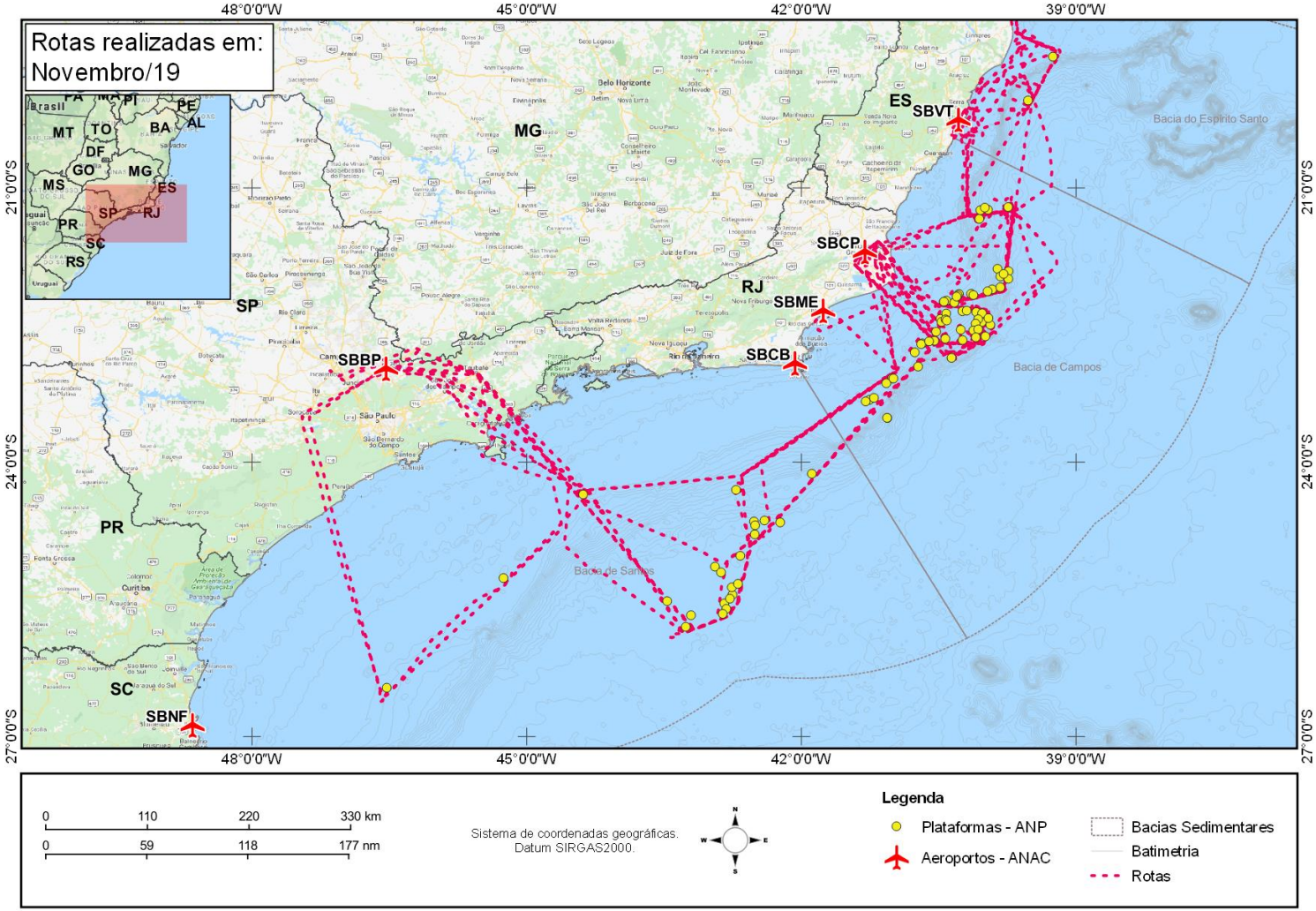

Figura 14 – Rotas de monitoramento realizadas em Novembro de 2019 nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

5.15. Rotas Realizadas em Dezembro de 2019

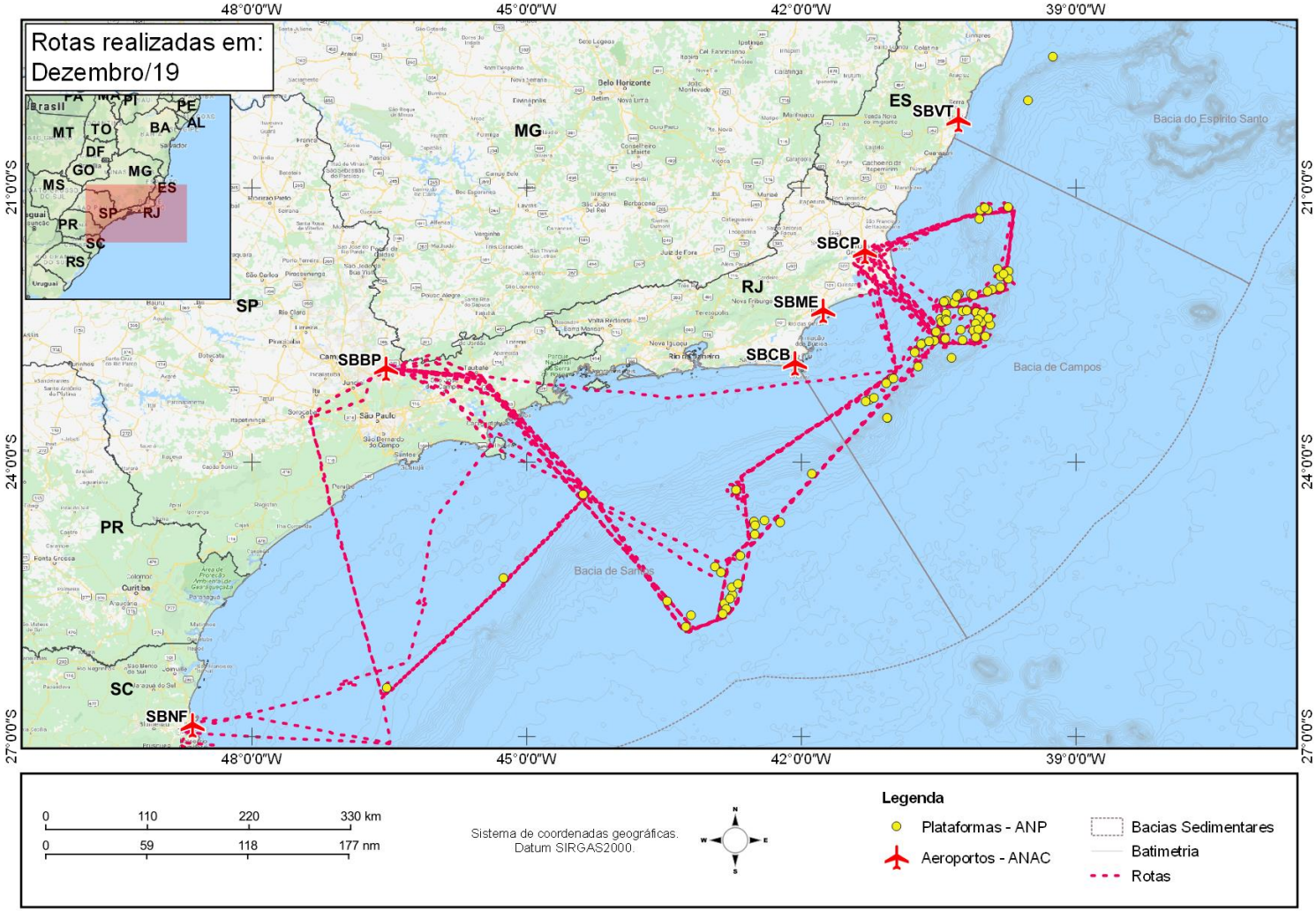

Figura 15 – Rotas de monitoramento realizadas em Dezembro de 2019 nas bacias de Campos e Santos.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

NOTA TÉCNICA Nº 60/2019/CGEMA/DIPRO

PROCESSO Nº 00807.005743/2019-17

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

1. **INTRODUÇÃO**

1.1. Esta Nota Técnica reúne o histórico informativo do incidente de poluição por óleo em curso na costa nordestina brasileira, em atendimento ao Despacho DIPRO 6198885.

1.2. As informações aqui contidas estarão organizadas em tópicos de maneira a orientar sua leitura e coleta conforme o interesse específico do demandante, incluindo tudo o que se entende por relevante e atualizado para o momento.

2. **RELAÇÃO DE AÇÕES EM CURSO**

2.1. De início, cumpre esclarecer que o Ibama está atuando ativamente neste acidente desde o dia 2 de setembro, conforme consta no documento 6133219. A seguir, especificam-se os principais Processos Administrativos do Ibama referentes ao caso, que estão à disposição para consulta:

Processo	Assunto
02006.002308/2019-83	ACP Bahia
02001.029758/2019-63	ACP Rio Grande do Norte
00807.005732/2019-29	ACP Sergipe
02001.029947/2019-36	ACP Sergipe
02021.001674/2019-27	Demanda do MPF/RN
02006.002287/2019-04	Demanda MPF-BA
02006.002289/2019-95	Demanda MPF-BA
02006.002294/2019-06	Demanda MPF-BA
00807.005780/2019-17	Demanda MPF-BA
00744.000322/2019-73	Demanda MPF-BA
02001.030308/2019-13	Demanda MPF-PE
00744.000323/2019-18	Demanda MPF-PE
02001.028436/2019-05	Fauna
02022.004067/2019-17	Formulários ICS da Petrobras
02001.030383/2019-84	Formulários ICS e demais documentos PNC
02021.001671/2019-93	Formulários ICS IBAMA
02001.030500/2019-18	MPF - Câmara de Coordenação e Revisão
02021.001625/2019-94	Notificação 714088-E - RN - Notificação à Petrobras para coleta de amostras
02003.002120/2019-65	Processo do acidente em AL
02007.003125/2019-75	Processo do acidente em CE
02001.025670/2019-72	Processo do acidente em PE
02001.026730/2019-74	Processo do acidente em SE
02006.002218/2019-92	Processo do acidente na Bahia
02001.026873/2019-86	Processo do acidente no MA
02021.001629/2019-72	Processo do acidente no RN - os ofícios do PC estão também neste processo
02001.029046/2019-44	relatórios de monitoramento aéreo
02022.003845/2019-42	Resposta da Petrobras à Notificação 714088-E - documento migrado para o processo correspondente (02021.001625/2019-94) e ENCERRADO
02001.027663/2019-13	Solicitação de horas extras
02001.028266/2019-51	Solicitações de diárias e passagens sobre o acidente
02001.030452/2019-50	Suprimento de fundos
02022.004445/2019-54	Ofícios e Formulários PNC - Solicitações de recursos ao Comitê de Suporte
02021.001906/2019-47	Demanda MP RN
02001.030109/2019-13	Monitoramento CENIMA

02001.031437/2019-29	Disponibilização e análise de imagens Cosmoskymed
00744.000341/2019-08	Ação popular ajuizada por YANDRA DRYELE RAMOS BELO e outros em face da UNIÃO e do ESTADO DE PERNAMBUCO
02009.002378/2019-10	Cartão corporativo Supes ES
02001.031669/2019-87	Avaliação de insalubridade na operação mancha de óleo de origem desconhecida - NE
02021.001894/2019-51	Processo do acidente no RN - somente demandas do Nupaem e/ou Supes-RN

2.2. Em resumo, o Ibama vem adotando as seguintes ações:

- Monitoramento aéreo com sensores especializados no litoral do Nordeste;
- Inspeção de imagens de radar e satélites disponíveis para a área, realizadas pelo Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais do Ibama - CENIMA;
- Monitoramento aéreo com helicóptero do Ibama;
- Notificações à Petrobras solicitando coleta de amostras;
- Direcionamento e acompanhamento das ações com fauna oleada incluindo apoio para resgate e transporte dos animais aos centros de reabilitação;
- Coordenação e realização de vistorias terrestres em todo o litoral dos 9 estados afetados;
- Revisitação periódica às áreas afetadas para verificar permanência ou ausência de óleo, limpeza natural ou com recursos humanos, dentre outras informações;
- Elaboração de relatório diário (ICS 209) com as ações adotadas e planejamento das ações para o dia seguinte. Tal relatório é finalizado ao término das atividades de campo e encaminhado à diversos órgãos solicitantes, tais como Marinha do Brasil, Polícia Federal, Casa Civil etc;
- Elaboração de mapas diários da região afetada contendo a informação da permanência ou ausência de óleo no local, dentre outras (http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo);
- Coordenação e direcionamento das ações de limpeza realizadas pela Petrobras, que responde ao acidente após Requisição Administrativa feita pelo Ibama, que deverá ressarcir os custos à empresa;
- Elaboração de guias técnicos com procedimentos para limpeza de praia e manejo de resíduos, distribuídos às instituições envolvidas e também disponíveis no site do Ibama (http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo);
- Participação no Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) do Plano Nacional de Contingência.
- Contato com órgãos públicos nas diferentes esferas para repasse de informações e atuação conjunta, dentre outros.

3. PARTICULARIDADES DO INCIDENTE

3.1. Importante frisar que o evento que atinge o nordeste brasileiro é inédito no mundo. Ou seja, é a primeira vez que um derramamento de óleo de origem desconhecida atinge tantas localidades de forma recorrente e por tão vasta extensão. Ademais, o comportamento do óleo neste caso é totalmente diverso do que o esperado em acidentes em que há derramamento de óleo na água.

3.2. Ao ser derramado na água, o petróleo sofre uma série de processos físicos e químicos, quais sejam: evaporação, dissolução, espalhamento, emulsificação, oxidação, sedimentação e biodegradação. De maneira geral, os óleos são mais leves do que a água e, assim, tendem a se mover na sua superfície, causando diferenças de rugosidade no mar. Os radares, instrumentos usuais para detecção de óleo no mar, diferenciam o óleo da água por esta característica. É notório que, até o momento, nenhuma imagem de satélite (radar ou ótica) conseguiu captar a origem do derramamento e, assim, tecer predições sobre seu deslocamento.

3.3. De fato, as manchas de óleo são perceptíveis apenas a poucos metros da costa, já na área de arrebentação das ondas do mar. Considerando que este evento se desenvolve há mais de quarenta dias, resta comprovado que este óleo, após passar pelos processos físicos e químicos iniciais, se desloca abaixo da superfície da água, fazendo com que as técnicas usuais de identificação e resposta ao derramamento sejam ineficazes nesta situação.

3.4. Ante ao ineditismo e à complexidade do tema, já no mês de setembro, o Ibama solicitou a presença e apoio da ITOPF – instituição internacional com maior expertise no mundo em derramamentos de óleo, sediada em Londres (http://www.itopf.org/) . Ressalta-se que o Ibama buscou especialistas internacionais para apoiar nas estratégias de resposta ao derramamento.

3.5. Registra-se que cerca de 2.500 km de costa foram atingidos, com centenas de localidades já afetadas e várias delas recorrentes, conforme mapas que são disponibilizados diariamente no site do Ibama. Não há, ainda, embasamento técnico que consiga predizer quais serão os próximos locais a serem afetados. Um estudo dos pontos de toque ao longo desses mais de quarenta dias deixará claro que não há um padrão de recorrência.

4. PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA A INCIDENTES DE POLUIÇÃO POR ÓLEO - PNC

4.1. O PNC foi acionado. O Decreto nº 8.127/2013, que cria o PNC prevê uma estrutura organizacional composta pela Autoridade Nacional, exercida pelo Ministério do Meio Ambiente e também cria o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), composto pelo IBAMA, ANP e pela Marinha do Brasil (MB), que se articulou desde o dia 2 de setembro, quando do aparecimento dos primeiros incidentes, em função de ser desse grupo que emanam as ações de resposta.

4.2. Essa articulação efetuada ao longo de setembro foi fundamental para se entender a magnitude e morfologia desse novo acidente com petróleo, tendo em vista o seu ineditismo, a ausência da fonte, caráter intermitente e errático, apresentando um dinamismo não rastreável por causa da subsuperficialidade do óleo.

4.3. Para tanto, o GAA, por intermédio da MB, desde o início dos incidentes de poluição, realizou, incrementalmente, Patrulhas Navais, Inspeções Navais, esclarecimentos aéreos, análises de amostras de óleo dos incidentes nas praias, análises do tráfego marítimo, análises meteoceanográficas, interagindo, também de forma crescente, com organizações e agências governamentais e a Petrobras, esta por requisição administrativa do Ibama, visando ao combate e à prevenção dos incidentes de poluição por óleo no mar, bem como à identificação da origem da poluição.

4.4. Com a redução das ocorrências de poluição, estimava-se que o os incidentes estivessem em fase de encerramento. Todavia, em razão do ressurgimento das manchas em 1º a 3 de outubro, o Comandante de Operações Navais imediatamente ativou um Gabinete de Crise, no dia 4 de outubro, com o propósito de avaliar as providências para o enfrentamento da situação e minimizar os danos ambientais. Em sequência, convidou os representantes do IBAMA, da PETROBRAS, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da TRANSPETRO, da Polícia Federal, da FAB, da DGN, da DPC e de diversas outras Organizações Militares para uma reunião, em 6 de outubro, a fim de deliberar providências de forma coordenada e integrada. Na reunião, concluiu-se a necessidade da ativação do PNC, com fulcro no Decreto nº 8.127/2013, visando maior atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas, como também para ampliar a capacidade de resposta ao incidente.

4.5. O Ministro do Meio Ambiente, na condição de Autoridade Nacional do PNC, comunicou ao Ministro da Defesa o acionamento do PNC e a designação da MB como Coordenador Operacional, instruído pela recomendação do GAA, articulado e atuante desde o dia 2 de setembro, no que diz respeito às suas atribuições institucionais, tendo o Comandante da Marinha designado o Comandante de Operações Navais, também atuante desde o início dos incidentes.

4.6. O PNC, portanto, se encontra acionado e, em consonância com o Decreto nº 8.127/2013, adota todas as medidas possíveis para combater esse desastre ambiental no litoral do Nordeste.

4.7. O Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) é uma estrutura permanente que atua sempre que acionado por qualquer dos seus componentes ou pela Autoridade Nacional, de acordo com o art. 9º do Decreto nº 8.127/2013. No entanto, o PNC só será acionado, e o Coordenador Operacional designado, em incidentes de poluição por óleo, se julgados estes de significância nacional pelo GAA (julgamento técnico objetivo). Enquanto isso não ocorrer, as ações serão tomadas de forma localizadas, o que efetivamente foi feito neste incidente no início dos trabalhos.

4.8. Como citado, desde o primeiro incidente, o GAA se articulou de modo a entender a magnitude e morfologia desse inédito incidente com petróleo, tendo em vista, inclusive, a forma e a ausência da fonte poluidora. No momento em que foi avaliado que a situação era de significância nacional, foi acionado o PNC, designado o Coordenador Operacional, comunicado o acionamento ao Comitê de Suporte pela Autoridade Nacional e adotadas todas as providências para permitir a atuação coordenada dos órgãos, a fim de ampliar a capacidade de resposta e minimizar os danos ambientais.

4.9. Vale registrar que a "integral composição institucional do Comitê de Suporte" não se aplica, pois os órgãos e instituições são acionados somente se forem necessárias ações de facilitação e ampliação da capacidade de resposta.

4.10. Convém esclarecer que está prevista no próprio art. 18 do Decreto nº 8.127/13 a possibilidade de outras soluções caso existam evidências de que os procedimentos adotados não são adequados, que os equipamentos e materiais necessários para o combate não são suficientes, e, ainda, se os procedimentos e estrutura previstos nos planos de áreas não se mostrem adequados à resposta de incidente de poluição por óleo de origem desconhecida. É necessário, portanto, observar o caso concreto. No evento específico, de características inéditas, foi necessária uma análise técnica aprofundada para que se pudesse reagir da forma mais eficiente. Apesar do Decreto nº 8.127/2013 orientar as ações de resposta, é fundamental a adaptação das medidas ao caso concreto, sob pena de agravar o incidente.

4.11. Em cumprimento ao determinado no Decreto n.º 8127/2013, o GAA adotou o Sistema de Comando de Incidentes (SCI), que determina o preenchimento diário de relatórios e, entre eles o ICS 209 que trata das ações concretas realizadas diariamente, que estão disponíveis no processo SEI 02021.001671/2019-93.

4.12. O Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é uma ferramenta de gerenciamento de incidentes padronizada, que permite a seu usuário adotar estrutura organizacional integrada para suprir complexidades e demandas de incidentes únicos ou múltiplos, independentemente do local em que ocorram. Assim, desde o dia 2 de setembro, o GAA já adota o SCI tanto na elaboração dos formulários (ICS 209, 202, 204 e 215, por exemplo) quanto na montagem do organograma.

4.13. Desde o início, o GAA, por intermédio da Marinha do Brasil, tem monitorado os incidentes de poluição hídrica por meio de suas Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências, realizando Patrulha Naval e Inspeção Naval por navios, Patrulha Aérea Marítima por aeronave da MB e da Força Aérea Brasileira (FAB), analisado o tráfego mercante de interesse, recolhido óleo e resíduos em diversas praias atingidas, efetuada a análise do óleo (biomarcadores), além de divulgado o incidente em Aviso aos Navegantes e por meio de nota à imprensa.

4.14. Até o momento, o GAA contabiliza o emprego de mais de 3.000 militares de 56 Organizações Militares, distribuídos em 22 Navios de Superfície, 3 helicópteros, 80 viaturas, 2 Grupamentos de Fuzileiros Navais, 28 equipes de Inspeção Naval e 5 Centros de Comando das Operações, tendo realizado mais de 1.300 Inspeções Navais.

4.15. O Exército Brasileiro (EB) também colocou a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, com um contingente de 5.000 militares, à disposição para integrar a operação para conter a poluição por óleo e reforçar a limpeza das praias.

4.16. O ICMBio empregou 40 funcionários e o IBAMA, 174 servidores, 16 viaturas, 2 helicópteros e 1 aeronave de asa fixa. A PETROBRAS, sob demanda do IBAMA via requisição administrativa, também tem contribuído com o GAA com meios aéreos (2 helicópteros), 4 navios, 440 funcionários e recursos materiais. Além dos 100 (cem) funcionários disponibilizados, contratou mais 1.700 para ajudar nas limpezas das praias, ativou 7 Centros de Defesa Ambiental (CDA) e 9 Centros de Resposta a Emergência (CRE).

4.17. A partir de 5 de novembro, a MB também realizará, em conjunto com o EB e a FAB, a Operação Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida, com incremento expressivo de pessoal, meios navais, terrestres, aéreos, aeronavais e de Fuzileiros Navais, com foco em ações humanitárias relacionadas ao meio ambiente, dentre as quais a cooperação na recuperação de áreas marítimas atingidas e monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Serão empregados cerca de 3.400 militares, distribuídos em 2 Comandos de Força, 11 navios, 1 submarino, 3 embarcações de desembarque e 6 aeronaves. Trata-se da Operação DRAGÃO, inicialmente planejada para ocorrer na segunda quinzena de novembro, no litoral do Espírito Santo, com emprego de contingente expressivo de pessoal e relevante inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiro navais, que foi antecipada para início de novembro e redirecionada para o Nordeste. O objetivo da operação também foi alterado, passando a focar a realização de ações humanitárias, relacionadas ao meio ambiente, dentre as quais a cooperação na recuperação de áreas marítimas sensíveis.

4.18. Importante ressaltar que, na ausência de poluidor, o IBAMA efetuou requisição administrativa à Petrobras, para que providenciasse a limpeza de praias consideradas prioritárias pelo Ibama. A escolha da Petrobras se justifica, pois, é a empresa com maior quantitativo de equipamentos e maior capilaridade ao longo da costa brasileira em decorrência da localização de seus Centros de Defesa Ambiental - CDA.

4.19. O GAA, articulado e atuante desde o início dos incidentes, estruturou seu Centro de Operações no Centro de Comando Naval de Área (CCNA) do Com2ºDN. Os Comandos do 3º e 4º DN também ativaram os Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), nos respectivos CCNA, para apoio ao GAA em suas necessidades operacionais e administrativas.

4.20. Em 26 de outubro, com o aumento do efetivo empregado no combate às manchas de óleo no litoral nordestino e visando à ampliação da capacidade de comando e controle de todas as ações que estavam sendo desempenhadas pelos diversos órgãos componentes do Comitê de Suporte, o GAA, assim como a estrutura do Coordenador Operacional, foram transferidos para as instalações do Centro de Operações Conjuntas, na sede do Ministério da Defesa, em Brasília-DF. Os Centros Operacionais das cidades de Salvador-BA e Recife-PE continuam ativados, coordenando as ações de resposta locais, em estreito contato com o GAA.

4.21. Importante enfatizar que o poluidor ainda não é conhecido. As investigações prosseguem, visando identificar as circunstâncias e fatores envolvidos nesse derramamento (se acidental ou intencional), as dimensões da mancha de óleo original, assim como mensurar o volume de óleo derramado, estimar a probabilidade de existência de manchas residuais e ratificar o padrão de dispersão observado. O ineditismo dessa ocorrência exigiu o estabelecimento de protocolo próprio de investigação, demandando a integração e coordenação de diferentes organizações e setores da sociedade. A MB, a Polícia Federal e demais colaboradores permanecem conduzindo a investigação até que todas as questões envolvidas sejam elucidadas. Sendo assim, o GAA adotou todas as ações necessárias a uma resposta ambientalmente mais eficiente ao desastre.

4.22. O GAA providencia apoio e condições adequadas ao pessoal envolvido nas ações de limpeza. Um exemplo, são as ações do EB, que montou postos de banho e de alimentação, a fim de facilitar a ação dos voluntários.

4.23. As 6 aeronaves da FAB, além do monitoramento, têm efetuado o transporte para os Estados atingidos de mais de 12 toneladas de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), adquiridos pela MB e pela PETROBRAS, constando luvas, macacões, botas, calças, máscaras, óculos de sol e sacos de lixo. Além disso, os EPI estão sendo adquiridos pelas Defesas Civis de cada Estado, e também pela Petrobras, assim como outros itens e equipamentos (pás, carro de mão, peneiras, canos, big-bags - sacos com capacidade para 1.000kg) para redistribuição aos estados e municípios, para apoio às ações de resposta. Também foram doados pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) 6.000 kits de EPI.

4.24. Assim como os voluntários, os militares e funcionários empregados na limpeza das praias do litoral nordestino estão utilizando os EPI, conforme o preconizado nas orientações da ITOPF (*International Tanker Owners Pollution Federation Limited*), consultoria internacional sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção de uma resposta efetiva a derrames de petróleo e outras substâncias químicas no mar. De acordo com a ITOPF, a necessidade da utilização do EPI deve ser avaliada caso a caso, tendo em consideração a substância em causa, o ambiente em que a substância e o indivíduo se encontram, o tempo de exposição do indivíduo à substância, e o tipo de atividade a ser desenvolvido. A ITOPF esclarece ainda em suas orientações que o uso de proteção ocular e macacão tipo Tyvek não são imprescindíveis para a coleta de “pelotas” durante a “limpeza fina” das praias. Os militares da MB estão sendo empregados diariamente para limpeza de pequenos vestígios de óleo, em lugares abertos e sem contato direto com a pele, motivo pelo qual utilizam luvas, máscaras e botas. Visando à salvaguarda e preservação da integridade física e saúde dos voluntários, a Marinha disponibilizou orientações do IBAMA com relação ao manuseio de resíduos de óleo, prevendo o uso do EPI básico completo (luvas, botas, proteção ocular e macacão tipo Tyvek), de acordo com cada caso. (https://ibama.gov.br/images/manchas_oleo/orientacoes/2.pdf).

4.25. Convém ainda mencionar que a empresa Shell do Brasil, em atendimento a solicitação do GAA, confeccionou um vídeo informativo sobre a importância e o uso correto dos EPI, para divulgação aos voluntários e envolvidos na limpeza das praias. O vídeo já foi gravado e está em fase de aprovação.

4.26. Cabe esclarecer que os impactos ambientais são de difícil mensuração, sendo necessárias análises laboratoriais específicas, realizadas por especialistas de órgãos ambientais (IBAMA, INEMA, órgãos municipais de meio ambiente e Universidades) para qualificar e quantificar os danos.

4.27. Assim sendo, foi criado um Grupo de Trabalho, no âmbito do GAA, com representantes da comunidade científica, que visa estudar e delinear ações de proteção e recuperação das áreas degradadas. O Comitê de Suporte, por intermédio da Defesa Civil Nacional, também tem articulado contatos com a Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastres ABP-RRD que, por sua expertise também ajudará na interlocução do GAA com a comunidade científica, captando e analisando as ofertas de apoio e socializando as demandas do GAA.

5. TÉCNICAS DE COMBATE, CONTROLE E MONITORAMENTO

5.1. O uso de barreiras de contenção para reter o óleo que atinge praias do Nordeste ganhou destaque entre as propostas para impedir que o poluente continue se alastrando e contaminando áreas litorâneas sensíveis. No entanto, a medida pode não alcançar a eficácia pretendida.

5.2. Barreiras de contenção são compostas por uma parte flutuante e outra submersa, chamada saia, que tem a função de conter o óleo superficial (substância com densidade menor que a da água), mas o poluente que atinge o nordeste do país se concentra em camada sub-superficial. Por essa razão, as manchas não são visualizadas em imagens de satélite, sobrevoos e monitoramentos com sensores para detecção de óleo.

5.3. Além disso, barreiras de contenção geralmente são eficazes em correntes com velocidades de até um nó, o equivalente a uma milha náutica por hora. A vazão dos rios é muito superior a essa capacidade, não sendo adequadas para foz de rios com vazão superior a essa. Um exemplo de ineficiência ocorreu na instalação de barreiras no estuário do rio Curu, no Ceará, que se romperam rapidamente em decorrência da vazão do rio.

5.4. Nos casos em que o óleo derramado é de origem conhecida e sua dispersão é prevista, a instalação de barreiras em águas calmas é tecnicamente recomendável para proteger pontos sensíveis, como manguezais. Contudo, se os manguezais já estiverem oleados, a medida poderá provocar o efeito inverso e impedir a depuração natural do ambiente.

Figura 1: Barreiras de contenção usadas de maneira inapropriada, retendo óleo em área de estuário (mais sensível) e impedindo a depuração natural.

5.5. Lembrando há 2.500 km de costa afetados, e outros muitos potencialmente em risco, e que não é tecnicamente recomendável a instalação de proteções sem previsão de deriva da mancha. Nestes 2.500 km de costa, frisa-se que é impraticável a instalação e a manutenção contínua de barreiras de contenção em todas as áreas sensíveis.

5.6. Em uma resposta sem poluidor conhecido e sem previsão de local toque de óleo na costa, o melhor uso dos recursos operacionais disponíveis é efetuar a remoção do óleo assim que ele chega à praia, evitando sua mobilização para outros locais. Se rapidamente combatido, o óleo causará impactos transitórios aos ambientes costeiros atingidos, considerando seu intenso grau de intemperização e, assim, evaporação dos compostos voláteis mais tóxicos.

5.7. Mesmo ciente das limitações técnicas das barreiras no contexto deste desastre, o Ibama determinou à Petrobras que instalasse barreiras de contenção no rio Tauamunhas, ao redor dos recintos do peixe-boi marinho. Entende-se que tais barreiras atuarão mais para resposta à sociedade do que para efetiva proteção, mas são justificáveis considerando tratar-se de uma espécie em extinção e que gera comoção social.

Figura 2: Barreiras de contenção no rio Tauamunha.

5.8. O IBAMA, juntamente com os demais representantes de entes federativos, tem adotado a ação mais eficaz para mitigar os danos ambientais, qual seja, a de identificar as praias contaminadas por manchas de óleo e realizar sua efetiva limpeza. Desta forma, evita-se que o óleo seja removido das praias, devido à movimentação das marés, e contamine novas áreas. Em caso de fauna oleada identificada, ela é resgatada e encaminhada aos centros especializados em limpeza e recuperação como, por exemplo, o projeto Tamar, e instituições parceiras. Cabe acrescentar as ações de proteção de fauna afetada por óleo, elaborado pelo IBAMA, que demonstra as estratégias primárias, secundárias e terciárias para a solução do problema.

5.9. O GAA, por intermédio da MB, tem monitorado os incidentes desde o início, realizando Patrulha Naval e Inspeção Naval, além de Patrulha Aérea Marítima por aeronaves. Em Abrolhos, por exemplo, o monitoramento no mar foi ampliado com o reforço das Fragatas “Independência” e “Constituição”, do Navio Varredor “Atalaia”, Navio Oceanográfico “Antares” e Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Sabóia”, Corveta “Caboclo” e Navio Tanque “Almirante Gastão Mota”, todos da Marinha, além dos navios “Mar Limpo IV” e “Viking Surf", da PETROBRAS, que se juntaram ao Navio de Pequisa Hidroceanográfico “Vital de Oliveira”, da MB, presente no Arquipélago desde o dia 29 de outubro.

5.10. No momento, o Navio de Pequisa Hidroceanográfico “Vital de Oliveira” realiza buscas na área marítima ao sul da Bahia, empregando ecobatímetros multifeixe e monofeixe, sonar de varredura lateral (side scan), perfilador de fundo e estações oceanográficas de 200 metros, com coleta de amostras a cada 10 metros.

5.11. Também estão sendo empregados mergulhadores da MB e do Corpo de Bombeiros na limpeza subaquática e na inspeção das áreas sensíveis. É um trabalho meticuloso, que objetiva minimizar danos adicionais advindos da limpeza.

5.12. Ressalta-se ainda que na página do IBAMA foram disponibilizadas orientações técnicas para limpeza de praias, manguezais, áreas rochosas, bem como guias de gestão de resíduos e cartilha sobre fauna oleada - http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo.

5.13. Destaca-se que servidores do Ibama, Marinha do Brasil, Defesas Civis Estadual e Municipal, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, entre outros, realizam monitoramento terrestre ao longo das localidades afetadas e preenchem, em formulário eletrônico, do respectivos Relatórios de Vistorias cujas informações são geridas pelo GAA. Assim, ao identificar o toque de mancha de petróleo emulsificado na praia, o GAA é informado de imediato, via Relatório de Vistoria, e determina que equipe de limpeza siga ao local para procede limpeza da praia.

5.14. O GAA tem atuado no recolhimento e destinação do material poluente retirado, em complemento aos entes federados, especialmente, junto aos municípios na operacionalização de seus planos de gestão de resíduos sólidos, conforme art. 10, 18 e 19 da Lei 12.305/2010.

5.15. Nesse sentido, o GAA oficiou as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de todos os nove estados da região nordeste que foram atingidos pelas manchas de óleo, a fim de obter informações da necessidade de ação do GAA, em apoio aos Municípios e Estados, e para que indicassem a situação dos resíduos e a falta de meios para a Destinação Final Ambientalmente Adequada (DFAA). Adicionalmente, foi solicitado às Secretarias que mantivessem dados sobre os resíduos dos seus estados atualizados, diariamente, e que essa informação fosse repassada constantemente ao GAA.

5.16. Por ocasião da transferência do GAA para o Ministério da Defesa em Brasília-DF, em 26 de outubro de 2019, foi encaminhado o Ofício Circular nº 001/2019/GAA-DF a todas as Secretarias de Meio Ambiente, ressaltando a urgência e necessidade de envio do recebimento das informações referentes aos resíduos colhidos e destinados.

5.17. De modo a obter os locais de DFAA, o Sindicato das Indústrias do Cimento também foi oficiado para catalogar filiados que pudessem realizar destinação por co-processamento. Para tal, obteve-se Laudo Técnico favorável, com a característica química que permitisse a ação de destinação aos resíduos do óleo em lide.

5.18. Além disso, os órgãos ambientais responsáveis, na esfera federal e estadual têm conduzido um trabalho de orientação e conscientização das prefeituras municipais acerca dos procedimentos adequados ao manejo e acondicionamento dos resíduos.

5.19. O Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) também realizou estudos e analisou os campos de velocidade superficial no Oceano Atlântico Tropical Sul, a fim de entender como as correntes marinhas, ventos e ondas contribuíram para o espalhamento das manchas de óleo pela grande extensão de praias do NE. Em função da complexidade do problema, o CHM buscou a cooperação de diferentes grupos em universidades e instituições de pesquisa, entre os quais se destacam: o Instituto Espacial de Pesquisas Espaciais (INPE), o Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia - LAMCE da UFRJ e o Laboratório de Análise Numérica e Sistemas Dinâmicos - LANSD da FURG. O CHM forneceu aos pesquisadores os dados ambientais de correntes e vento e informações das características físico-químicas do óleo encontrado nas praias do NE, analisadas pelo IEAPM. A Marinha tem recebido esses resultados e analisado conjuntamente a outros dados, de forma a empregar as ações de resposta mais eficientes.

5.20. O GAA conta com todo o tipo de comunicação para que as soluções e medidas apresentadas possam chegar ao seu destino final. Não só a rede de comunicação do Ministério da Defesa está sendo utilizada, como a da MB, que conta com os Centros Operacionais locais, além das redes do IBAMA, da Defesa Civil, da Petrobras e dos diversos órgãos envolvidos.

5.21. Cabe lembrar que as Forças Armadas estão acostumadas com operações de grande envergadura, que exigem o emprego considerável de pessoal e material e de ações integradas das forças navais, terrestres e aéreas.

5.22. O Secretário de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde foi oficiado, a fim de indicar representante para integrar a equipe de órgãos do governo que compõe o GAA (Anexo I), no uso das atribuições previstas na Lei nº 9.782/1999. Da mesma forma, foi encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

5.23. Nesse contexto, a Secretaria de Vigilância de Saúde emitiu um informe com as recomendações para a população e profissionais de saúde (Anexo K), em seguida, juntamente com a Defesa Civil e a Assessoria de Comunicação, emitiu cartilha de recomendações e orientações à população sobre o derramamento de óleo. Em 31 de outubro, a Secretaria de Vigilância de Saúde também emitiu Boletim epidemiológico.

5.24. No mesmo sentido, o MAPA, em 29 de outubro 2019, publicou no Diário Oficial da União a Instrução Normativa nº 52, de 25 de outubro, que estabeleceu excepcionalmente períodos de defeso adicionais para o ano de 2019, em decorrência de provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região nordeste, proibindo a atividade pesqueira de camarão e lagosta.

5.25. Recentemente, a FIOCRUZ emitiu nota reafirmando o compromisso de integrar a rede colaborativa institucional de resposta ao derrame de petróleo, oferecendo para isso apoio estratégico ao Ministério da Saúde e ao SUS na participação do setor de saúde na resposta, disponibilização da competência técnico-científica e infraestrutura da instituição, suporte técnico-científico aos governos e sociedade dos estados afetados, apoio às populações atingidas no cuidado, monitoramento e assistência, dentre outros.

6. REGISTRO, CONTABILIZAÇÃO DE RECURSOS E PUBLICIDADE INFORMATIVA

6.1. Cada um dos órgãos envolvidos está documentando e contabilizando os recursos materiais e humanos empregados. Será apresentado o Relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimina recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, conforme o disposto no Decreto nº 8.187/2013.

6.2. Desde o início de setembro, o GAA, por intermédio do Ibama e da Marinha do Brasil, vem dando ampla publicidade ao aparecimento de óleo nas praias do Nordeste. Em nível local, as Capitanias da área do Comando do 3º Distrito Naval, que engloba os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba, primeiros afetados pela poluição por óleo, estavam divulgando notas para as mídias regionais informando sobre as providências tomadas. Conforme as incidências foram aumentando e com o incremento na coordenação com outros órgãos, intensificou-se a transparência na divulgação das informações através da emissão de notas diárias e da criação dos hotsite https://www.marinha.mil.br/manchasdeoleo e http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo, em que é possível obter todas as informações atualizadas, além de material audiovisual. Em paralelo, foram concedidas diversas entrevistas por militares da Marinha e de componentes do GAA diretamente envolvidos no caso aos principais veículos de comunicação nacionais e regionais, de rádio, jornais e TVs, além de terem sido realizadas coletivas de imprensa, com a presença de órgãos envolvidos na coordenação das atividades de resposta ao aparecimento de óleo nas praias do litoral nordestino.

6.3. Tanto as Notas Técnicas produzidas pelo IBAMA como os subsídios elaborados pelos órgãos técnicos parceiros estão sendo registrados para constar do Relatório para a Autoridade Nacional, após a desmobilização do PNC. Todos os recursos humanos e materiais aplicados no exercício da Coordenação e custos envolvidos na operação estão sendo contabilizados, de modo a constar do Relatório à Autoridade Nacional.

7. INTEGRAÇÃO NACIONAL

7.1. Por meio da Defesa Civil Nacional, que mantém representantes diariamente no Centros de Operações, todas as Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil dos Estados afetados participam ativamente dos processos de resposta, apoiando as defesas civis municipais envolvidas, conforme previsto na política nacional de proteção e defesa civil.

7.2. Ressalta-se que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil compõe o Comitê de Suporte e se encontra em contato permanente com as defesas civis estaduais e municipais para as ações de monitoramento, orientações e apoio complementar quando demandado.

7.3. Após a análise das características do desastre pela Defesa Civil Nacional, evidenciadas nos processos de monitoramento, não foi vislumbrado, até o momento, a necessidade de evacuação de comunidades afetadas.

7.4. Como já mencionado, o GAA foi transferido para o Centro de Operações Conjuntas, na sede do Ministério da Defesa, em Brasília-DF. De lá, são realizadas reuniões, com os centros operacionais locais, por meio de videoconferência, a fim de coordenar as ações de resposta, inclusive com a participação dos Ministros da Defesa em algumas ocasiões. Do mesmo modo, periodicamente, são realizadas reuniões nos Centros de Operações locais com os representantes dos diversos órgãos participantes.

7.5. Não obstante o contato estreito com os órgãos ambientais estaduais, foi encaminhado o Ofício Circular nº 2/2019, convidando tais órgãos para participar no Comitê de Suporte.

8. BASES CIENTÍFICAS PARA TOMADA DE DECISÕES

8.1. As Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo (Cartas SAO), constituem ferramentas essenciais e fonte primária de informações para o planejamento de contingência e para a implementação de ações de resposta a incidentes de poluição por óleo, permitindo identificar os ambientes com prioridade de proteção e as eventuais áreas de sacrifício, possibilitando o correto direcionamento dos recursos disponíveis e a mobilização adequada das equipes de contenção e limpeza. Além disto, as mesmas têm um enorme potencial para emprego no planejamento ambiental da zona costeira e marinha, reforçando os instrumentos políticos e administrativos de ordenamento territorial.

8.2. As Cartas SAO têm por unidade cartográfica as Bacias Sedimentares e encontram-se disponibilizadas em três níveis de detalhamento:

- Estratégico (em escala da ordem de 1:500.000, abrangendo toda a área de uma determinada bacia, ou de bacias contíguas, em caso de bacias menores);
- Tático (em escalas de 1:150.000, para todo o litoral da bacia mapeada);
- Operacional ou de detalhe (em escalas de 1:10.000 a 1:50.000, para locais de alto risco ou alta sensibilidade).

8.3. Quanto ao seu conteúdo, as Cartas SAO possuem quatro grupos de informações principais:

- Sensibilidade ambiental do litoral ao óleo;
- Recursos biológicos sensíveis ao óleo existentes na área da carta; e
- Atividades socioeconômicas que podem ser prejudicadas por descargas de óleo ou afetadas pelas ações de resposta. Informações para a implementação de ações de resposta a descargas, como estradas de acesso à costa, aeroportos, rampas para barcos, padrões de circulação oceânica e costeira, fontes potenciais de poluição por óleo e derivados etc.

8.4. As Cartas são organizadas em Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo, que possuem, além das cartas, informações complementares e adicionais, tais como: descrição dos habitats costeiros; informações sobre a previsão do comportamento e da persistência do óleo descarregado; lista recursos biológicos e dados ecológicos; informações complementares sobre as atividades socioeconômicas; dados sobre a infraestrutura da região necessária para ações de limpeza e contenção.

8.5. Os Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo e as Cartas SAO podem ser acessados por meio do link: http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/cartas-de-sensibilidade-ao-oleo.

8.6. Destaca-se que o GAA está utilizando o Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar (MAREM) - http://www.marem-br.com.br/ - que, além das Cartas SAO, integram outros dados ambientais de todo o litoral brasileiro e ilhas costeiras para servir de suporte para o planejamento e gestão de uma operação de resposta a acidentes envolvendo derramamento

de óleo no mar, disposto em banco de dados georreferenciado, de modo a permitir uma análise detalhada, mas ágil, da região eventualmente afetada por um derramamento de óleo.

8.7. Destaca-se que o MAREM é fruto de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), celebrado entre o IBAMA e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), visando à capacitação e o aprimoramento do processo de avaliação de impactos ambientais e o aperfeiçoamento da gestão ambiental, relacionados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

8.8. Em caso de acidente com a fauna oleada, o GAA observa os recursos que deverão ser minimamente disponibilizados pelo poluidor para o atendimento, a saber:

- estruturas, fixa ou móvel, que possibilite a manipulação adequada da fauna atingida. Esta(s) estrutura(s) deve(m) conter área de recepção para animais, área de estabilização, área de descanso/recuperação (animais limpos ou em fase de limpeza), área para higienização dos animais e área de aquecimento para animais homotérmicos, com capacidade de manter a temperatura entre 36 a 39ºC para mamíferos e 40 a 41ºC para as aves, área para elaboração de ração;
- equipados com fichas de identificação dos animais, luvas cirúrgicas, óculos e mascara de proteção, cotonetes, soro fisiológico, remédios (kit de primeiros socorros para animais silvestres), seringas, estetoscópio, balança, gaiolas, água em abundância (banho e hidratação), toalhas e detergente para lavagem dos animais, secador etc.; e
- profissionais habilitados e treinados para o manuseio da fauna oleada, incluindo veterinário e biólogos. Pode ocorrer a presença de voluntários no atendimento, os quais devem estar sob a coordenação de profissional habilitado.

9. ATENDIMENTO À FAUNA ATINGIDA

9.1. Registra-se que o Ministério do Meio Ambiente - MMA publicou, em 2016, o Plano Nacional de Ação de Emergência para Fauna Impactada por Óleo (PAE-Fauna). O Plano tem o objetivo de estabelecer os procedimentos para manejo da fauna oleada e definir as estruturas necessárias utilizadas durante a resposta a um incidente de poluição por óleo.

9.2. O documento traz um detalhamento das medidas que devem ser adotadas para reduzir e mitigar impactos ambientais de derramamento do petróleo sobre a fauna.

9.3. O Plano foi elaborado pelo IBAMA, em parceria com o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), tendo como meta garantir a proteção e a resposta adequada à fauna impactada por óleo, conforme previsto no PNC.

9.4. O Manual de Boas Práticas elaborado pelo Ibama está disponível em seu site e vem sendo utilizado pelas equipes - http://www.ibama.gov.br/emergencias-ambientais/petroleo-e-derivados/paefauna.

9.5. Considerando que não há poluidor conhecido no evento em questão, o GAA, por intermédio do Ibama e via requerimento administrativo, acionou a Petrobras para utilizar seus recursos disponíveis para atendimento a fauna oleada.

10. PLANOS DE AÇÃO DE EMERGÊNCIAS

10.1. Os planos de ação são documentos formais, em diversos níveis, elaborados de acordo com as normas e orientações emanadas pelo poder público, que tratam de elencar os riscos, seus cenários e as respectivas preparação e resposta para o caso da ocorrência do incidente. Constam nos planos os meios e recursos disponíveis para cada um dos cenários, os procedimentos para o seu uso, e o gerenciamento da crise. Os planos devem ser frequentemente atualizados e praticados, em forma de exercício/simulado.

10.2. O Plano de Emergência Individual (PEI) é um documento ou conjunto de documentos, que contenha as informações e descreva os procedimentos de resposta da instalação a um incidente de poluição por óleo, em águas sob jurisdição nacional, decorrente de suas atividades (Resolução Conama nº 398, de 11 de junho de 2008). Já o Plano de Área (PA) é um documento ou conjunto de documentos que contenham as informações, medidas e ações referentes a uma área de concentração de portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos ou plataformas e suas respectivas instalações de apoio, que visem integrar os diversos Planos de Emergência Individuais da área para o combate de incidentes de poluição por óleo, bem como facilitar e ampliar a capacidade de resposta deste Plano e orientar as ações necessárias na ocorrência de incidentes de poluição por óleo de origem desconhecida (Resolução Conama nº 398, de 11 de junho de 2008).

10.3. No caso de poluidor conhecido, este aciona imediatamente seu PEI para efetivas as ações de resposta ao incidente. Caso seja observada a incapacidade do poluidor de responder ao acidente, é acionado o respectivo Plano de Área visando aumentar a capacidade de resposta. No evento em questão, a fonte poluidora não é conhecida e, consequentemente, não há respectivo PEI e PA.

10.4. O IBAMA, instituto que compõe o GAA, por requerimento administrativo, acionou a PETROBRAS para utilizar seus recursos disponíveis no Plano de Área da Baia de Todos do Santos (em elaboração), bem como o PEI da Manati (plataforma de petróleo). Cabe ressaltar que o IBAMA acionou o Plano de Área da Baía de Aratu - PA-BAAR, por meio do Ofício nº 820/2019/CGEMA/DIPRO (6282022), de 11 de outubro de 2019.

11. RECURSOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS PARA CONTROLE E REGISTRO DE DADOS DO INCIDENTE

11.1. A Diretoria de Hidrografia e Navegação realizou diversas análises meteoceanográficas relacionadas aos fatos de ventos, ondas, correntes e modelagem, no sentido de contribuir com a identificação da poluição, bem como com o esforço da prevenção e combate à difusão das manchas de óleo. Como anteriormente mencionado, o Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) tem realizado estudos, a fim de entender como as correntes marinhas, ventos e ondas contribuíram para o espalhamento das manchas de óleo pela grande extensão de praias do NE, com a cooperação de diferentes grupos em universidades e instituições de pesquisa.

11.2. O CHM fornece previsão meteorológica marinha especial para o litoral do Nordeste, diária e para as 96 horas seguintes, e encaminha para o GAA.

11.3. Para o alcance dos resultados, é utilizado o modelo HYCOM, um programa computacional que resolve as equações que regem o movimento das correntes oceânicas. Ele é operado na MB por meio de um termo de cooperação entre o CHM e a Petrobtras.

11.4. O Sistema de Informações sobre Incidentes de Poluição por Óleo em Águas Sob Jurisdição Nacional (Sisnóleo) é um sistema de gestão de acidentes ambientais composto módulos.

11.5. Entre os módulos, destacam-se o Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema) que é uma ferramenta informatizada de comunicação de acidentes ambientais, visualização de mapas interativos e geração dedados estatísticos dos acidentes ambientais registrados pelo IBAMA (https://siema.ibama.gov.br/). O poluidor responsável por empreendimentos ou atividades licenciadas ou autorizadas pelo IBAMA deverá comunicar de imediato, via Siema, a ocorrência de acidentes ambientais, independente das medidas tomadas para seu controle (Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 6 de outubro de 2014).

11.6. Além do sistema de comunicação, também está em funcionamento o Programa de Monitoramento Preventivo de Incidentes de Poluição por Óleo do Sisnóleo/PNC, que, desde 2016, usa imagens de satélite com cobertura nas bacias sedimentares (plataformas marítimas de óleo/gás) em águas brasileiras visando identificar feições suspeitas. O serviço é executado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) do IBAMA. As imagens usadas são: Sentinel 1, 2 e 3, Terra/Modis, Aqua/Modis, Landsat 7 e 8, Cbers 4, Radarsat-2 (Campo de Frade, na Bacia de Campos) e Cosmo-Skymed (região do Pré-Sal).

11.7. Para o evento em questão, o IBAMA solicitou o direcionamento dos satélites CosmoSkymed para o Nordeste. A constelação de satélites vinha imageando a Bacia de Campos, por força de um Termo de Compromisso firmado entre o IBAMA e a PETROBRAS.

11.8. Ademais, o IBAMA solicitou à Agência Espacial Europeia a ampliação da área de cobertura do satélite Sentinel 1, visando abranger áreas mais offshore do Brasil no Nordeste.

12. TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

12.1. Até a presente data, não foram estabelecidos termos de cooperação ou similar diretamente com o GAA ou Ministério do Meio Ambiente. O GAA, por intermédio do IBAMA, conta com a colaboração informal da ITOPF, desde 2016 na realização de simulados Tier 2 e 3.

12.2. Especificamente, o IBAMA celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), o que resultou no mapeamento MAREM, já descrito acima.

12.3. Ressalta-se que os Termos de Cooperação são instrumentos que devem ser firmados previamente, e não durante a emergência.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Enfatiza-se que as ações estão sendo tomadas de forma coordenada e científica, considerando a gravidade do incidente. Nenhum incidente por óleo, em nenhum lugar do mundo, permite que se restabeleça, de imediato, o status quo ante ambiental logo após a ação dos grupos de combate à poluição, porquanto, trata-se de processo complexo, custoso e crescente ao longo do tempo, não havendo uma solução tão mais rápida e efetiva como pretende o Ministério Público. Todos os esforços estão sendo feitos para minimizar os impactos ambientais.

13.2. Os registros fotográficos das ações de respostas estão disponíveis ao Ministério Público, ao Juízo e à sociedade por meio das inúmeras Notas à Imprensa e nas seguintes páginas:

- Governo Federal (https://www.gov.br/manchanolitoral/);
- Marinha (https://www.marinha.mil.br/manchasdeoleo); e
- IBAMA (http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo).

13.3. O Ibama, desde a publicação do Decreto 9759/2019, entende que foram extintos os Comitês Executivo e de Suporte do PNC. Registra-se que a CGEMA/DIPRO encaminhou, via e-mail, uma proposta ao MMA visando discutir o tema. Independentemente disso, o GAA tem trabalhado em conformidade com o Decreto 8127/2013, com a participação de órgãos e instituições que possuem obrigações institucionais para responder ao evento em questão.

13.4. Entende-se que o manual do PNC deverá passar por ajustes após sua desmobilização, justamente para adequar-se à situação inédita que acomete o nordeste brasileiro.

13.5. Foi realizada reunião na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, a fim de reunir órgãos da esfera federal para apresentarem as ações em curso e novas potencialidades. Na Ata, constam os nomes dos representantes dos Órgãos integrantes do Comitê de Suporte. Os registros comprobatórios das respostas foram anexados a este documento.

13.6. Todas as informações são prestadas, além de estarem disponíveis para a sociedade nos sites já citados, demonstrando que estão sendo adotadas todas as ações possíveis para se combater esse inédito desastre e minimizar os impactos ambientais, sociais e financeiros.

13.7. Importante frisar, ainda, que o PNC foi especialmente concebido para incidentes com poluidor conhecido e que o desastre que acomete o Nordeste é inédito no mundo, pela combinação de recorrência, extensão e poluidor ausente.

13.8. Sustenta-se que o combate ao derramamento de óleo, bem como eventuais ações de proteção, devem ser estrategicamente planejados considerando o contexto regional e capacidade operacional, e não ações pontuais que têm como medida apenas um dos estados atingidos.

13.9. Destaca-se que o GAA tem adotado todas as ações necessárias a uma resposta ambientalmente mais eficiente ao desastre, não sendo possível ou recomendável ter irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos do PNC, sob pena de diminuir a capacidade de resposta e poder contribuir para o agravamento do dano ambiental.

(assinado eletronicamente)

Marcelo Neiva de Amorim

Coordenador de Atendimento a Acidentes Tecnológicos e Naturais

Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NEIVA DE AMORIM**, **Coordenador**, em 06/11/2019, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ibama.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **6350220** e o código CRC **419C86D7**.

Referência: Processo nº 00807.005743/2019-17 SEI nº 6350220